

**UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA
FILHO”
FAAC – FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN**

Larissa Eduarda Silva Guinami

**ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO MASSACRE DO CARANDIRU: O
PAPEL DO O ESTADO DE S. PAULO NA CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA
PÚBLICA**

BAURU
2025
LARISSA EDUARDA SILVA GUINAMI

**ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO MASSACRE DO CARANDIRU: O
PAPEL DO O ESTADO DE S. PAULO NA CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA
PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso Jornalismo, habilitação em Bacharelado, da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, do Departamento de Jornalismo da Unesp - Universidade Estadual Paulista -, para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo, sob orientação do Prof. Maximiliano Martin Vicente.

BAURU

2025

LARISSA EDUARDA SILVA GUINAMI

G964“ Guinami, Larissa
“Análise da cobertura jornalística do Massacre do Carandiru: o papel do o Estado de S. Paulo na construção da narrativa pública / Larissa Guinami. -- , 2025
70 p.

Trabalho de conclusão de curso (-) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru,
Orientador: Maximiliano Martin Vicente

1. Jornalismo. 2. O Estado de S. Paulo. 3. Jornal impresso. 4. Agenda-Setting. 5. Sistema prisional. I. Título.

**ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO MASSACRE DO CARANDIRU: O
PAPEL DO O ESTADO DE S. PAULO NA CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA
PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso Jornalismo, habilitação em Bacharelado, da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, do Departamento de Jornalismo da Unesp - Universidade Estadual Paulista -, para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Maximiliano Martin Vicente

Bauru, 27 de julho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Maximiliano Martin Vicente (orientador)

UNESP - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design

Prof.^a Ass. Maria Cristina Gobbi

UNESP - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design

Prof.^a Dr.^a Alana Nogueira Volpato

UNESP - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a todos que estiveram ao meu lado nesta etapa e na realização do sonho de ser jornalista. À minha família, embora a saudade se fizesse presente todos os dias, agradeço pelo apoio incondicional. Sinto falta dos nossos domingos assistindo ao Globo Rural durante o café, de vermos o Palmeiras jogar e de pedir “bença” para a vó todas as manhãs. Mesmo tão distante, obrigada por se fazerem presentes — sem vocês, nada disso seria possível.

Aos amigos de Bauru, que, na ausência daqueles com quem cresci, ressignificaram o sentido de família e de lar, me acolheram, deram um ombro para chorar e inúmeros motivos para rirmos juntos. Vocês foram essenciais.

Manifesto minha gratidão ao meu primeiro orientador, Dr. Osvando, pelo incentivo inicial à pesquisa, e ao professor Max, pela dedicação, prontidão e apoio em todo o desenvolvimento deste trabalho. A todos que, de alguma forma, contribuíram para essa jornada repleta de aprendizados, muito obrigada.

“Existe uma pena para o homem que viola o direito de uma sociedade, mas não existe uma pena para uma sociedade que viola o direito de um homem. Nós fomos violados e estão todos impunes. Passaram impunes nessa situação”

(Francys Lins, sobrevivente, ao Terra, sobre o Massacre do Carandiru).

RESUMO

Este trabalho analisa, de maneira qualitativa, a cobertura jornalística realizada pelo jornal O Estado de S. Paulo nos cinco dias subsequentes ao Massacre do Carandiru, ocorrido em 2 de outubro de 1992, quando 111 detentos foram mortos durante uma intervenção da Polícia Militar na Casa de Detenção de São Paulo, o Carandiru. Inserido em um contexto emblemático da década de 1990, marcada por políticas repressivas, encarceramento em massa e ampla exploração midiática de crimes violentos, o episódio tornou-se símbolo da violência estatal e das falhas estruturais do sistema prisional brasileiro. O estudo examina a maneira que o discurso midiático foi construído, utilizando como principais referenciais teóricos a *Agenda-Setting*, a semiótica e a teoria da comunicação, a fim de compreender a estratégia editorial do Estado de S. Paulo. Foram examinadas todas as edições do jornal publicadas no recorte temporal de 3 a 7 de outubro de 1992, buscando compreender como as escolhas editoriais, a seleção de fontes e o enquadramento narrativo do jornal influenciaram a percepção pública e o debate político, detalhando a evolução do posicionamento jornalístico. Por fim, os resultados apontam que, inicialmente, O Estado de S. Paulo reproduziu versões oficiais e justificativas institucionais, com foco em dados fornecidos por autoridades policiais e governamentais, sem problematizar a letalidade da ação estatal. No entanto, gradualmente passou a adotar um tom mais crítico e sensível, dando espaço a familiares, sobreviventes e entidades de direitos humanos, o que culminou na adoção do termo “Massacre”, como ficou amplamente conhecido, e na publicação de descrições impactantes da violência cometida pelos policiais, contribuindo para a humanização das vítimas e para a problematização da atuação estatal. Deste modo, pode-se afirmar que a cobertura do Estado de S. Paulo influenciou o debate público e político da época, incentivando os debates sobre direitos humanos e as mudanças institucionais dos órgãos responsáveis pela administração dos presídios brasileiros. Ainda assim, o destaque fornecido pela mídia brasileira contribuiu para a repercussão internacional do caso, de maneira que jornais de grande influência global como The New York Times, The Washington Post, National Public Radio, Frankfurter Allgemeine Zeitung, Berliner Morgenpost e Sunday Times publicassem o tema em suas páginas, inflamando o debate e pressionando que medidas fossem tomadas.

Palavras-chave: Massacre do Carandiru. O Estado de S. Paulo. Sistema prisional. Agenda-Setting.

ABSTRACT

This study qualitatively analyzes the journalistic coverage carried out by the newspaper O Estado de S. Paulo during the five days following the Carandiru Massacre, which occurred on October 2, 1992, when 111 inmates were killed during a Military Police intervention at the São Paulo House of Detention, known as Carandiru. Set against the emblematic context of the 1990s—marked by repressive policies, mass incarceration, and extensive media exploitation of violent crimes—the episode became a symbol of state violence and the structural failures of the Brazilian prison system. The objective of this study is to examine how the media discourse was constructed, using as its main theoretical frameworks the Agenda-Setting Theory, semiotics, and communication theory, in order to understand the newspaper’s editorial strategy. All editions of the newspaper published from October 3 to 7, 1992, were examined, seeking to understand how editorial choices, source selection, and narrative framing influenced public perception and the political debate, detailing the evolution of the newspaper’s editorial stance. The results show that, initially, O Estado de S. Paulo reproduced official versions and institutional justifications, focusing on data provided by police and government authorities, without questioning the lethality of state action. However, the newspaper gradually adopted a more critical and sensitive tone, giving space to families, survivors, and human rights organizations, which culminated in the adoption of the now widely recognized term “Massacre” and the publication of impactful descriptions of the violence committed by the police, contributing to the humanization of the victims and to the problematization of state actions. Thus, it can be stated that the coverage by O Estado de S. Paulo not only influenced the public and political debate of the time, encouraging discussions about human rights and institutional changes in the agencies responsible for the administration of Brazilian prisons, but also that the attention given by the Brazilian media contributed to the international repercussion of the case. As a result, globally influential newspapers such as The New York Times, The Washington Post, National Public Radio, Frankfurter Allgemeine Zeitung, Berliner Morgenpost, and Sunday Times dedicated space to the event in their pages, intensifying the debate and pressuring authorities to take action.

Keywords: Carandiru Massacre. O Estado de S. Paulo. Prison system. Agenda-Setting.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Recorte da editoria “internacional” da edição de 4 de outubro de 1992 do jornal The New York Times	15
Figura 2 - Capa da edição de 02 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo.....	19
Figura 3 - Capa da edição de 03 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S.Paulo.....	20
Figura 4 - Recorte da edição de 03 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo.	22
Figura 5 - Editoria de “Cidades” da edição de 03 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo	23
Figura 6 - Capa da edição de 04 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S.Paulo.....	26
Figura 7 - Editoria de cidades da edição de 04 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo	28
Figura 8 - Capa da edição de 05 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo.....	32
Figura 9 - Editoria de Cidades da edição de 05 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo	34
Figura 10 - Página 2 da editoria de Cidades da edição de 05 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo	37
Figura 11 - Cena do filme “Carandiru”, de Hector Babenco.....	39
Figura 12 - Página 3 da editoria de Cidades da edição de 5 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo	41
Figura 13 - Página 4 da editoria de Cidades da edição de 5 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo	42
Figura 14 - Capa da edição de 6 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo.....	45
Figura 15 - Página 1 da editoria de Cidades da edição de 6 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo	46
Figura 16 - Página 2 da editoria de Cidades da edição de 6 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo	48
Figura 17 - Página 3 da editoria de Cidades da edição de 6 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo	50
Figura 18 - Página 6 da editoria de Cidades da edição de 6 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo	52
Figura 19 - Capa da edição de 7 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo.....	53

Figura 20 - Página 1 da editoria de Cidades da edição de 6 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo	54
Figura 21 - Página 2 da editoria de Cidades da edição de 6 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo	57

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. A SITUAÇÃO PENITENCIÁRIA NOS 1990 NO BRASIL.....	11
3. A COBERTURA DO MASSACRE DO CARANDIRU PELO O ESTADO DE S. PAULO	15
3.1. AGENDA-SETTING	16
4. DA TEORIA ÀS PÁGINAS DO JORNAL	18
5. OS REFLEXOS DA COBERTURA SOBRE O MASSACRE DO CARANDIRU	57
6. A PIOR CONSEQUÊNCIA DO MASSACRE DO CARANDIRU.....	58
7. CONCLUSÃO.....	61
8. REFERÊNCIAS.....	63

1. INTRODUÇÃO

O Massacre do Carandiru, ocorrido em 2 de outubro de 1992, representa um dos episódios mais emblemáticos da crise do sistema penitenciário brasileiro e da violência estatal no país. Inserido em um cenário de intensificação das políticas de repressão policial, aumento significativo das taxas de aprisionamento e de condições precárias nas prisões durante a década de 1990, conhecida como a “década do crime”.

A análise desse trabalho se concentra na cobertura jornalística do Massacre do Carandiru realizada pelo jornal O Estado de S. Paulo¹ nos cinco primeiros dias após o fato, examinando a escolha editorial do jornal, seleção de fontes e como o enquadramento narrativo contribuíram para a construção da memória coletiva sobre o Massacre e influenciaram o debate público e político à época. Além disso, busca entender como ela contribuiu para inflar o questionamento do papel do Estado na garantia dos direitos humanos e no surgimento de novas formas de organização entre os detentos.

Para isso, será incorporada a metodologia da análise qualitativa de conteúdo, realizando uma revisão minuciosa de todas as páginas do jornal publicadas nos cinco dias subsequentes ao massacre, considerando capas, editoriais, reportagens e seções específicas. O estudo fundamenta-se em teorias da comunicação, como a *Agenda-Setting* (McCombs & Shaw) e semiótica. Conterá, também, com o apoio do livro “*Estação Carandiru*”, de Dráuzio Varella, que oferece uma visão íntima da Casa de Detenção por meio da experiência do autor como médico voluntário, revelando as deploráveis condições de vida dos detentos e o negligente e abusivo tratamento do Estado. Em seu livro, Varella (1999) descreve como essas condições serviram de terreno fértil para a insurgência do PCC.

A estrutura do estudo está organizada em capítulos que contextualizam a situação penitenciária dos anos 1990, detalham o Massacre do Carandiru e sua repercussão e apresentam a análise da cobertura jornalística do Estado de S. Paulo dia a dia.

A importância desta monografia se revela na necessidade de compreender o papel do jornalismo para a criação da memória coletiva, explorando como é realizada a abordagem jornalística em casos de cobertura de violação de direitos humanos, especialmente em contextos de violência estatal. Além disso, busca contribuir para o campo de comunicação ao revelar

¹ As referências ao jornal podem variar entre “O Estado de S. Paulo”, “Estado de S. Paulo” ou “Estadão”.

como as escolhas editoriais podem reforçar ou romper estigmas, humanizar vítimas, influenciar políticas públicas e mobilizar a sociedade para o debate sobre justiça, cidadania e segurança pública.

Deste modo, busca-se oferecer uma contribuição crítica para o entendimento do papel da imprensa em episódios de violência estatal e para a reflexão sobre os desafios persistentes do sistema penitenciário brasileiro.

2. A SITUAÇÃO PENITENCIÁRIA NOS 1990 NO BRASIL

Os anos 1990 no Brasil foram caracterizados por uma série de operações policiais rigorosas e por condições precárias nas prisões — ambos estavam intimamente ligados à desigualdade social e à política antidrogas em vigor no país na época. Em meio à intensa repressão penal e ao aumento significativo das taxas de aprisionamento no Brasil, surgiram consequências sociais e econômicas profundas (SOBRINHO, 2014). Conhecida popularmente como “a década do crime” devido ao aumento de crimes violentos e assassinatos que provocaram uma forte comoção popular, na década de 90 ocorreram um total de 1.108.422 mortes por causas externas. Desses números, os homicídios ocupam o primeiro lugar, responsáveis por 33,3% (n=369.068) dessas mortes (PERES, 2005).

A sensação de insegurança estabelecida na sociedade, combinada ao aumento de manchetes alarmantes desses crimes, resultou em um clamor popular pelo aumento de ações punitivas. A “Chacina da Candelária”, acontecida no ano de 1993, no Rio de Janeiro, e o terror causado pelo “Maníaco do Parque”, em 1998, na cidade de São Paulo, são exemplos de casos que foram explorados profundamente pela mídia para estimular a audiência. Como consequência, o país se via diante de uma onda de insegurança gerada por crimes que, antes, apenas se viam em filmes.

Casos dramáticos podem atrair atenção significativa do público, o que beneficia economicamente os jornais, já que notícias-crime tendem a ter alto valor jornalístico. Ao se produzir um medo desproporcional em relação à criminalidade, possibilita-se que os crimes mais dramáticos, e, entretanto, menos numerosos, sejam vistos como corriqueiros (BUDÓ, 2013, p.11). Essas condições não apenas moldaram a opinião pública, mas também influenciaram nas políticas penais voltadas ao encarceramento em massa e à repressão de indivíduos.

Paralelamente, o sistema prisional brasileiro enfrentava mudanças institucionais que agravavam sua precariedade. Até março de 1991, as unidades prisionais ficaram sob a responsabilidade da Secretaria da Justiça. Logo, o compromisso foi passado para a Secretaria da Segurança Pública e com ela ficou até dezembro de 1992.

No entanto, indicando o reconhecimento da importância de promover condições que favoreçam o retorno à sociedade dos indivíduos que cumprem pena e que o sistema prisional deve atender aos princípios de um Estado democrático, foi criada, em 1993, a Secretaria da

Administração Penitenciária do Governo do Estado de São Paulo. A solução prometeu um “sistema carcerário eficiente, dentro de um Estado democrático, onde o direito de punir é consequência da política social” e fundado a partir dos “princípios de humanização da pena, sem que dela se elimine o conteúdo retributivo do mal consequente do crime.”¹²

Apesar dessas mudanças, a realidade do encarceramento em massa permaneceu um desafio crescente. Ainda em 1992, o número de pessoas encarceradas atingiu cerca de 114.300 indivíduos, representando uma taxa de 76, 2 presos por cada 100 mil habitantes (DEPEN). Nesse contexto, o médico cancerologista Drauzio Varella realizou visitas semanais ao Carandiru entre 1989 e 2002. Em seu livro *Estação Carandiru*, publicado originalmente em 1999, Varella detalha as condições precárias em que os detentos se encontravam, obrigados a viver em circunstâncias adversas, com acesso limitado a itens básicos, como roupas e itens de cama limpos, além de enfrentarem padrões de higiene alarmantes. As celas, frequentemente superlotadas, forçavam vários presos a dividir pequenos espaços

A ausência de documentação e supervisão adequada contribuía para a superlotação, com o número de presos em cada cela variando consideravelmente. Na época, a Casa de Detenção era reconhecida como o maior presídio da América Latina, comportando mais de 7 mil presos, muito além da quantidade máxima que o prédio poderia ter.

Essa precariedade estrutural era intensificada pela violência institucional, inerente ao próprio sistema penal, o que gerava um ciclo de opressão e negligência. Varella descreve o Carandiru como uma “terra sem lei”, onde novos detentos frequentemente enfrentavam episódios de hostilidade e agressão e precisavam se armar para garantir sua sobrevivência. A violência não era apenas física, mas também psicológica, marcada por ameaças constantes, tanto de outros presos quanto do próprio sistema.

Nesse contexto, a sobrevivência individual dependia fortemente do pertencimento a grupos. A dinâmica de poder entre os detentos frequentemente resultava em confrontos à medida que disputavam domínio e controle sobre recursos escassos. Essa cultura de violência contribuiu para a perpetuação de uma lógica de opressão, reforçando a precariedade das condições prisionais e ampliando as tensões internas.

² Trecho retirado de: SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Administração Penitenciária. *História da SAP*. Disponível em: https://sap.sp.gov.br/sec_adm_penitenciaria/institucional/conheca_a_sap/historia_da_sap. Acesso em: [28 dez. 2024].

A realidade do encarceramento em massa, juntamente com os relatos de violência e exploração institucional, culminou no trágico episódio conhecido como Massacre do Carandiru, ocorrido em 2 de outubro de 1992. Durante uma operação policial, 111 presos foram brutalmente assassinados, um evento que gerou repercussões internacionais e tornou-se símbolo da violência estatal e do abandono institucional. O massacre despertou uma sensação de revolta e a necessidade de organização entre os detentos. Após 33 anos do ocorrido, até hoje não se tem conhecimento claro sobre o que aconteceu no dia. Maurício Monteiro, sobrevivente do ataque e membro do Espaço Memória, descreve o episódio em uma reportagem produzida por Arthur Almeida para a *Revista Galileu*.

“Por volta das 10h, o ‘Barba’ [Antonio Luís do Nascimento] e o ‘Coelho’ [Luís Tavares de Azevedo] começaram a brigar. Rapidamente, os funcionários pararam a disputa e levaram um deles para o Pavilhão 4, na enfermaria, e o outro para o 6, onde tinha o castigo. Nisso, os agentes quiseram trancar todos os detentos em suas celas antes do final do horário em que a circulação era permitida, às 16h. Nós não aceitamos”, lembra Monteiro (ALMEIDA, 2023).

Após a recusa dos detentos, o tumulto rapidamente tomou grandes proporções, culminando no início de uma rebelião. A fim de conter a situação, os guardas da penitenciária acionaram o alarme e retiraram-se do Pavilhão 9. Ao tomar conhecimento sobre o acontecido na Casa de Detenção, o Coronel Ubiratan Guimarães, então Comandante do Policiamento Metropolitano, pediu apoio ao Policiamento de Choque de São Paulo. Momentos após, em tratativa com o Secretário de Segurança Pública da época, Dr. Pedro Franco Campos, e com o Governador do Estado de São Paulo, Luis Antônio Fleury Filho, a tropa de choque da Polícia Militar entrou no Complexo do Carandiru.

De acordo com a denúncia oferecida pelo Ministério Público, não havia sinais de fuga. O relatório “*Massacre do Carandiru, chega de impunidade!*”, elaborado pela Comissão Organizadora de Acompanhamento para os Julgamentos do Caso do Carandiru, indica que após a chegada da Polícia Militar os presos jogaram estiletes e facas para fora da cela, demonstrando que não resistiriam à operação. Embora a tentativa de negociação, 330 PMs — que estavam sem identificação — ingressaram no Pavilhão 9 sob o comando do Cel. Ubiratan e dispararam contra os presos com metralhadora, fuzis e pistolas automáticas.

Os números oficiais registram a morte de 111 detentos, mas há relatos de desaparecimentos de presos cujo paradeiro nunca foi esclarecido. Eram pessoas sem família próxima ou sem ninguém que, naquele momento, pudesse reclamar a morte (GALILEU, 2024). Não houve policiais mortos.

O acontecimento teve repercussões significativas que desestabilizaram o sistema prisional brasileiro e intensificaram o sentimento de injustiça entre os encarcerados. Jornais de grande influência no exterior, como o The News Journal, Times Daily, The Spokesman e o La Opinión destacaram em suas páginas o massacre proporcionado pela polícia brasileira.

No dia 4 de outubro de 1992, o jornal mais influente do mundo, The New York Times, publicou a reportagem “111 Killed When Police Storm Brazilian Prison During Inmate Riot” (111 Mortos Quando a Polícia Invade Prisão Brasileira Durante Motim de Detentos), produzida pelo jornalista James Bettner Brooke, onde o episódio é detalhado e destacado como³ “The worst prison violence in Brazil's history” (A pior violência prisional da história do Brasil).

A matéria dividiu espaço com outro escândalo político: as acusações de corrupção envolvendo Rosane Malta Collor, então primeira-dama e esposa do ex-presidente Fernando Collor de Mello.

Figura 1 - Editoria “internacional” da edição de 4 de outubro de 1992 do jornal The New York Times



Fonte: Acervo The New York Times

³ O Complexo do Carandiru surgiu da junção da Penitenciária do Estado (1920) e da Casa de Detenção (1965).

3. A COBERTURA DO MASSACRE DO CARANDIRU PELO O ESTADO DE S. PAULO

A cobertura jornalística do Massacre do Carandiru pelo O Estado de S. Paulo, em outubro de 1992, desempenhou papel central na construção do discurso público sobre a violência estatal e as condições do sistema prisional brasileiro. O massacre, que resultou na morte de 111 detentos durante uma intervenção da Polícia Militar na Casa de Detenção de São Paulo, rapidamente se tornou símbolo das falhas institucionais e da brutalidade policial, provocando forte repercussão nacional e internacional.

Esta análise busca compreender como o Estado de S. Paulo construiu sua narrativa sobre o massacre, quais fontes e versões priorizou, de que maneira apresentou os fatos e como essas decisões influenciaram a percepção pública sobre o episódio. O objetivo é examinar qualitativamente as escolhas editoriais adotadas pelo jornal nos primeiros dias de cobertura, avaliando a credibilidade das informações divulgadas, a diversidade de vozes contempladas nas reportagens e o impacto da cobertura na formação da opinião pública e no debate sobre direitos humanos e segurança pública no Brasil.

Historicamente, o jornal defende ideais capitalistas e liberais, com uma linha editorial conservadora em temas políticos e econômicos, estabelecendo relações positivas com governos que compartilham estes princípios. Essa orientação reflete seu pertencimento ao Grupo Estadão, um conglomerado empresarial que controla diversos meios de comunicação no Brasil. Alinhar a jornada histórica do jornal e seu posicionamento ideológico é fundamental para compreender como eventos de grande impacto social são abordados durante a cobertura jornalística, como é o caso do Massacre do Carandiru. A postura influencia diretamente a escolha das pautas, as interpretações apresentadas e a narrativa promovida em suas publicações.

De acordo com Fonseca (2005), o Estado de S. Paulo atua como um disseminador de valores liberais provenientes de sua origem privada e de interesses particulares. Para cumprir o papel de comunicador, respeitando as barreiras dos posicionamentos explícitos, o jornal emprega características inerentes aos órgãos de comunicação e funciona como um “aparelho privado de hegemonia”.

A informação, tida pelo jornal como algo objetivo, difere e num certo sentido, contrasta com o caráter formativo. A questão decorre desta, pois se o jornal afirma

formar/informar a opinião pública, visando, portanto, a alguns fins, não há razão em refletir justamente esta opinião pública por ele formada e informada. Isto é, “OESP” refletiria a si próprio. Sua concepção de opinião pública parece ser a de algo completamente modelável; daí a ênfase em que se auto-atribui seu papel modelador (FONSECA,1997, p.116).

Seguindo esse raciocínio, é imprescindível relacionar o liberalismo, amplamente defendido por um dos maiores jornais do Brasil, com as políticas que orientam o país. As políticas neoliberais, que privilegiam o lucro em detrimento do indivíduo, culminaram em uma realidade repressiva. Apesar do discurso liberal de promoção dos direitos e das liberdades individuais, a realidade revela um cenário marcado pela repressão e pela exclusão social. O Estado, em vez de oferecer oportunidades e inclusão, frequentemente trata a pobreza como crime, recorrendo à força para impor uma ordem que muitas vezes ignora as necessidades e os direitos básicos das pessoas mais vulneráveis. Esse contexto permite compreender como a cobertura do Estado de S. Paulo insere a narrativa sobre o Massacre do Carandiru.

3.1. AGENDA-SETTING

A partir destas considerações, iremos analisar a cobertura jornalística realizada por um dos jornais mais influentes do Brasil, O Estado de São Paulo, sobre o Massacre do Carandiru e investigar a transformação das narrativas jornalísticas acerca do evento. Para isso, iremos considerar as publicações imediatamente posteriores ao evento, buscando compreender as técnicas jornalísticas empregadas para informar a sociedade sobre o fato. Nesse ponto, a Teoria da *Agenda-Setting* contribui para entender como a escolha e a hierarquização de temas pelo jornal influenciaram o debate público e político, moldando as discussões em torno da tragédia.

Elaborada durante a década de 1970 por Maxwell McCombs e Donald L. Shaw, nos Estados Unidos, a *Agenda-Setting* estuda, a partir dos paradigmas fundamentalistas, a influência sobre a percepção pública e a seleção dos temas que serão discutidos socialmente. Segundo os estudos, o indivíduo avalia a importância dos fatos com base na importância que a mídia lhes atribui. Essa dinâmica revela como a cobertura midiática pode priorizar certos assuntos, influenciando não apenas a percepção do público, mas também as decisões políticas e sociais que emergem dessas discussões.

A teoria aponta que os temas amplamente divulgados pela mídia tendem a ocupar um espaço central nos debates políticos, impactando diretamente as decisões governamentais e a formulação de políticas públicas. Ao destacar temas que refletem problemas sociais, a mídia

exerce o poder de pressionar agentes políticos a agirem em resposta à crescente atenção pública (COLLING, 2008.)

Os professores encontraram cinco temas predominantes na cobertura midiática que tinham uma correspondência “quase perfeita” com os da agenda pública, lista de assuntos considerados mais importantes pela sociedade a partir dos temas mais frequentes entre os listados pelos entrevistados. A conclusão foi de que “O grau de importância dado a estes cinco temas pelos eleitores aproximou-se muito do grau de proeminência nas notícias.” (CASTRO, 2014).

A partir dessa premissa, busca-se entender se a cobertura do massacre seguiu padrões de seletividade e hierarquização de informações que possam ter impactado as ações governamentais e entendimento do público.

4. DA TEORIA ÀS PÁGINAS DO JORNAL

As páginas dos jornais em 1992 eram marcadas pela instabilidade política que o Brasil enfrentava. Fernando Collor de Mello, então presidente, estava no centro das atenções públicas devido a denúncias de corrupção e à crise econômica que assolava o país. Durante o mês em que se desenrolou o processo de impeachment de Collor, a semana do dia 2 de outubro foi a mais movimentada, com a instauração do processo no Senado, que culminou no afastamento do presidente e na posse do então vice-presidente, Itamar Franco.

Figura 2 - Capa da edição de 02 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo

SP, RJ, MG, PR e SC
Cr\$ 3.500,00

Julio Mesquita (1891-1927)
ANO 113

O ESTADO DE S. PAULO

Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
SEXTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 1992

Francisco Mesquita (1927-1969)
Nº 56.143

JULIO DE MESQUITA NETO
Diretor
Responsável

Itamar assume hoje sem o PMDB

Notas e Informações
O governo de Itamar Franco terá de ser duro para resolver os problemas da economia, sociais e políticos do País. Com 1994 à vista, não é estranho que Quéricia, Lula e outros tenham tentado empurrar seus partidos numa tarefa pouco rendosa: a busca de votos eleitorais.
"Falar no Brasil", na página 3

Impeachment no Senado

58
sim
4
não
19

Indecisos
"São milhares de votos que a aprovação do impeachment"



Exercício de poder
Itamar, à frente de Fernando Henrique e Mauricio Corrêa, seus escolhidos para o Itamaraty e a Justiça; cencendo interferências

Quéricia nega voto a Serra e decide que seu partido não vai fazer indicações para o novo Ministério

O presidente do PMDB, Orestes Quéricia, informou ontem que seu partido não participará do governo de Itamar Franco. "O melhor é deixar Itamar escolher seus colaboradores sem interferência", declarou, depois de uma reunião com o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Antes, Quéricia recebeu um telefonema de Tasso Jereissati, do PSDB, com queixas sobre o veto do ex-governador de São Paulo ao nome do deputado José Serra (PMDB-SP) para o Ministério da Fazenda. Ele reagiu a acusação. Quéricia e Lula resolveram que PMDB e PT, mesmo sem participar do governo, darão sustentação a Itamar no Congresso. O PMDB liberou seus integrantes para ocupar cargos em caráter pessoal. O presidente Fernando Collor recebeu às 10 horas de hoje a notificação de seu afastamento do cargo das mãos do primeiro-secretário do Senado, Dirceu Carneiro (PSDB-SC). Itamar tomou posse logo em seguida. O vice ficou irritado com a briga entre PSDB e PMDB. "Quem estiver iludido que vai me pressionar sobre este ou aquele cargo está enganado", declarou. Itamar já tem seis ministros confirmados: Paulo Haddad no Planejamento, Fernando Henrique Cardoso nas Relações Exteriores, Mauricio Corrêa na Justiça, Henrique Hartog no Gabinete Civil, Maurílio Hingel na Educação e Jamil Haddad na Saúde. Paulo Haddad acumulava o Ministério da Economia nos primeiros dias do governo. Página 5

Guia do eleitor

Suplemento especial que circula na Capital paulista mostra como e onde votar na eleição de amanhã

Falha tentativa de acordo para anistia de Collor e Rosane

A oposição derrotou ontem tentativas do governo de renunciar a renúncia do presidente Collor em troca de um projeto de indulto ou anistia para ele e a primeira-dama. A proposta pretendia ampliar os direitos políticos de Collor e assegurar a posse definitiva de Itamar, evitando os riscos de uma interinidade. O ex-secretário Cláudio Vieira prestou depoimento à FPF e será julgado em três atos. Página 4 e 7

Amanhã no 'Estado'

Cultura
Lapage e Francis analisam o fenômeno do neoclassismo

Atrás do prejuízo

Mafaf vai para o corpo-a-corpo na Cidade para tentar reverter tendência de queda: "Estrei várias vezes, mas fui de boa". Página 9

Polícia e torcidas vão criar comissão contra a violência

Diretores de oito torcidas da Capital, representantes da CMTC, da Federação Paulista de Futebol e policiais decidiram ontem criar uma comissão normativa e punitiva para tentar acabar com a violência nos estádios. Página 1

Perot disputa outra vez a presidência dos Estados Unidos

O bilionário texano Ross Perot anunciou ontem que disputará a presidência dos Estados Unidos em novembro. Ele tem 7... das intenções de voto. Página 11

Os bons companheiros

Lula e Quéricia anunciam seu acordo quanto a composição do novo Ministério: PT e PMDB ficam fora do governo Itamar

Recuperado quadro de Di Cavalvanti

Cidade 1
Filme sobre eleição nos EUA tem seu PC
Cidade 2
Fornadas que causam inveja às padarias
O Melhor de Tudo

Governo lidera as eleições em Angola

Página 10
O que os vencedores fizeram e não fizeram
Cidade 1 e 2
Fidel em Havana 2

A mudança no comando do Executivo, ocorrida no dia anterior, mobilizou todo o país e dominou as manchetes dos principais veículos de comunicação. O jornal dedicou uma cobertura extensa ao evento, destacando as reações da população, do mercado e as expectativas para a nova administração. No mesmo dia, enquanto as atenções da imprensa estavam voltadas para a crise política nacional, acontecia em São Paulo o reflexo de um sistema prisional em colapso.

Seguindo a cronologia dos fatos indicada pela reportagem “*Massacre do Carandiru — 20 anos*” de Marina Novaes e Vagner Magalhães, publicada no Portal Terra, o ponto crítico das ações ocorreu por volta das 16h35 daquela sexta-feira, momento em que as tropas de choque entraram no Pavilhão 9 da Casa de Detenção e iniciaram os disparos, que duraram cerca de 20 minutos. Apenas às 21h30, o diretor do presídio, José Ismael Pedrosa, realizou o pronunciamento oficial, anunciando o número de mortos e feridos, informações que foram publicadas na edição do dia 3 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo.

Figura 3 - Capa da edição de 03 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S.Paulo

SP, P.L., MOL, PR e SC
C/R\$ 3,900,00

O ESTADO DE S. PAULO

JULHO DE 1992
Dirigido por Francisco de Paula

Julio Mesquita (1891-1927) Julio de Mesquita Filho (1927-1969) Francisco Mesquita (1927-1989)

ANO 113 SABADO, 3 DE OUTUBRO DE 1992 Nº 36.164

Ministério de Itamar decepçiona

Nomeações para área econômica provocam reação negativa do mercado interno e desagradam à comunidade financeira internacional



10h16, hora de sair
Colôr consulta o relógio no momento em que recebe a mensagem do Senado. Fim da missão



10h25, hora de assumir
Itamar recebe do senador Dirceu Carneiro um abraço e o corpo dianteiro contra o corrupto

A nomeação do deputado Gustavo Krause (PFL-SP) para o Ministério da Economia e os principais pontos do programa econômico do presidente em exercício, Itamar Franco, considerado tímido, criaram ontem clima de incerteza no mercado financeiro. As bolsas de valores fecharam em baixa e saltaram na cotação do dólar e do dólar paralelo. Houve sinais de recuperação também em organismos internacionais e entre os credores privados no Exterior. O novo ministro do Planejamento, Paulo Haddad, desartou qual-
quer possibilidade de retomada a curto prazo do crescimento econômico. Itamar recebeu as 10h16 o documento de 14 linhas que o tornou formalmente em presidente em exercício, enquanto o titular Fernando Collor é julgado por crime de responsabilidade. Em sua primeira pronunciamento, afirmou: "A Nação pode estar certa de que não haverá corrupção neste governo". Collor, acompanhado da mulher Rosalinda, deixou o Palácio do Planalto por uma porta lateral, prometendo voltar em breve. **Página 4 e 7**

Os pontos do programa

Os itens principais do programa proposto por Itamar Franco são os seguintes:

1. Ajuste fiscal imediato.
2. Política fiscal e monetária rígida e jurística.
3. Revitalização de projetos.
4. Reorganização dos organismos de obras.
5. Prática do início da qualquer projeto.
6. Criação de auditoria preventiva do Executivo.
7. Responsabilidade do setor público.
8. Desregulamentação.
9. Não é estatização, é privatização, ou conversão em sociedade.
10. Manutenção das competências no Exterior.
11. Manutenção do programa de abertura da economia.
12. Manutenção e aperfeiçoamento do programa de privatização.
13. Privatização de setores estratégicos de acordo com aprovação do Congresso.

Nova equipe tem 13 nomes definidos

Até ontem, 13 ministros estavam confirmando:

- 1. Saúde: Anefl Haddad
- 2. Relações Exteriores: Fernando Henrique Cardoso
- 3. Minas: Alexandre Gusmão
- 4. Defesa: Antônio Carlos
- 5. Bem-Estar Social: Juscelino Augusto de Azevedo
- 6. Agricultura: Gustavo Krause
- 7. Transportes: Alexandre Costa
- 8. Relações Exteriores: Fernando Henrique Cardoso
- 9. Minas: Alexandre Gusmão
- 10. Defesa: Antônio Carlos
- 11. Bem-Estar Social: Juscelino Augusto de Azevedo
- 12. Agricultura: Gustavo Krause
- 13. Transportes: Alexandre Costa

Guarante Militar: general Fernando Cardoso
Plano Econômico: Paulo Haddad
Secretaria-Geral do Presidente: Alvaro Damasceno
Subsecretário Adjunto: Luiz da Rocha Torres **Página 7**

Haddad afirma que Marell atuou como 'czar' da economia

O ministro do Planejamento, Paulo Haddad, criticou ontem ao ex-antecessor Stella Casagrande de Mello e Marell Moreira. A companhia não pode ficar nas mãos de um czar, disse. **Economia 7**

Brasil escolhe hoje seus prefeitos

Noventa milhões de brasileiros vão às urnas hoje para escolher novos prefeitos e vereadores de 4.994 municípios. É quase certa a reeleição de segundo turno em São Paulo, São Belo Horizonte e Salvador, enquanto que Porto Alegre, Curitiba e Recife poderão conhecer seus novos prefeitos e vereadores. **Cidades 1 e 2**

Guia do Eleitor

O Estado publica novamente hoje o guia eleitoral especial que mostra como e onde votar no Collor. O Guia do Eleitor, de 28 páginas, que já circulou ontem, está encerrado nos jornais vendidos em bancas na Grande São Paulo. **Cidades 1 e 2**

Rebelião de presos deixa 8 mortos e mais de 100 feridos

Uma rebelião armada pela disputa de poder entre quadrilhas na Casa de Detenção de São Paulo acabou ontem com 8 presos mortos e 100 feridos, e mais 17 policiais em estado grave. Os presos estavam armados de estiletes. **Cidades 1**

Troca no comando

Gustavo Krause e Marell Moreira se revezaram ontem no Ministério do Desenvolvimento e Turismo. O ministro brasileiro entregou um documento para o novo secretário-geral. "Uma secretaria nacional tem um secretário", contou José Figueira, assessor de Moreira. O ministro brasileiro entregou um documento para o novo secretário-geral. "Uma secretaria nacional tem um secretário", contou José Figueira, assessor de Moreira. **Economia 1**

Quarta no presídio

Policiais feridos e sequestrados na rebelião na Casa de Detenção de São Paulo: não pela disputa de poder entre quadrilhas de traficantes

Amazônia no 'Estado'

Autos & Acessórios
Informação do Estado sobre a situação em São Paulo

Justiça
A polícia "Justiça" acabou de ser criada

Dentista diz que PG pagou conta de Rosário

Excesso de ferro prejudica o coração
Pesadelo nazista volta a assustar

Indício na página 2

Gorbachev fala sobre risco do nacionalismo

Resgatada tripulação de helicóptero perdido

Indício na página 2

Fonte: Acervo do O Estado de S. Paulo

Novamente, a capa do jornal destacou as mudanças políticas do país, detalhando a frustração do mercado com as nomeações dos ministros no governo recém-empossado. Apesar da predominância dos tópicos políticos, no canto inferior esquerdo da primeira página, houve uma chamada de capa para a notícia sobre a rebelião, com o título "Rebelião de presos deixa 8 mortos e mais de 100 feridos" acompanhada de uma imagem de um possível policial apresentando sinais de dor, a chamada destaca os principais aspectos da situação, sendo eles: a origem (brigas entre traficantes e ladrões) e a causa (disputa por poder)

Figura 4 - Recorte da edição de 03 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo



Guerra no presídio
Policial ferido é socorrido na rebelião na Casa de Detenção de São Paulo: briga pela disputa de poder entre quadrilhas de traficantes

Rebelião de presos deixa 8 mortos e mais de 100 feridos

Uma rebelião causada pela disputa de poder entre quadrilhas na Casa de Detenção de São Paulo acabou ontem com 8 presos mortos e 100 feridos, e mais 17 policiais em estado grave. Os presos estavam armados de estiletes. **Cidades 1**

Amanhã no 'Estado'
Autos & Acessórios
Automóveis do futuro serão mostrados em São Paulo

Justiça
A seção "Justiça" trazendo agora as notícias-feitas

Fonte: Acervo do Estado de S. Paulo

Com a escolha editorial de destacar a foto de um policial ferido, embora fosse baseada nas informações disponíveis na época, a cobertura inicial contribuiu para a narrativa que enfatizava a violência dos encarcerados e a necessidade de ação policial, “fortemente atacados”, de acordo com a narrativa. Essa representação visual, somada à linha editorial do jornal, reforçou percepções de ordem e controle, influenciando o entendimento do público sobre os acontecimentos e consolidando uma versão dos fatos que posteriormente se mostrou incompleta.

Este cenário é reforçado pela notícia de que 17 policiais teriam ficado em estado grave após a operação, sugerindo que houve confronto intenso entre policiais e presos. Ao destacar a quantidade de agentes feridos, a narrativa construída induz à ideia de que a ação foi legítima e necessária, uma vez que os presos teriam reagido violentamente. Neste modo, indiretamente o texto culpa exclusivamente os detentos, os retratando como responsáveis pelo desfecho, excluindo qualquer justificativa pelo ato de repressão, além de anular o questionamento do uso excessivo de força, consolidando a percepção de que a culpa recai exclusivamente sobre os presos.

Embora existam limitações no acesso aos fatos por parte da imprensa, além da omissão de informações e da construção de cenários distorcidos pelas próprias autoridades responsáveis, como ocorreu com José Ismael Pedrosa, diretor do presídio na época, é fundamental que, diante da ausência de dados confiáveis ou de manipulação evidente das informações, o jornal priorize

seu compromisso ético e evite publicar matérias incompletas ou com informações duvidosas apenas para ser o primeiro a noticiar o evento.

A ética jornalística não deve ser sobreposta pela pressa em publicar. É relevante também refletir sobre o poder das chamadas e das imagens nas matérias, pois têm papel central na comunicação de massa, influenciando a construção de discursos hegemônicos e reforçando determinados olhares sobre os fatos, ao mesmo tempo em que suprimem outras possíveis interpretações do ocorrido.

Numa perspectiva semiótica, estudar certos fenômenos ligados à imagem é problematizar sobre a significação e não sob o ângulo da emoção ou do prazer estético. Busca-se conhecer o modo de produção do sentido, sua maneira de provocar significações, interpretações (MATTOS, S., 2007).

As imagens desempenham um papel crucial no jornalismo, particularmente quando analisadas pelas lentes da semiótica e da teoria da comunicação. A semiótica, o estudo de signos e símbolos e seu uso ou interpretação, enfatiza que as imagens não são meramente representações visuais, mas carregam significado e transmitem mensagens que podem influenciar significativamente a percepção e a compreensão do público. Essas mensagens visuais, quando combinadas com o texto e a narrativa da notícia, moldam a forma como os eventos são entendidos, destacando certas perspectivas enquanto silencia outras.

Considerando esse ponto, sabemos que uma imagem atua como um significante, apontando para um conceito ou significado específico. A fotografia do policial ferido, por exemplo, pode ter sido interpretada pelo público como uma evidência de confronto intenso, reforçando a percepção de que o massacre ocorreu como uma resposta necessária à violência entre os detentos. A composição da imagem e o texto associado não são neutros, mas orientam a maneira como o público assimila a história, demonstrando o impacto das decisões editoriais na percepção dos fatos. O contexto no qual a imagem foi inserida, acompanhada da manchete que enfatiza o conflito dos presos, contribui para uma interpretação que justifica a ação policial e minimiza as críticas à atuação do Estado.

Tendo analisado a chamada inicial do jornal, observa-se que a construção visual e textual contribuiu para a consolidação de uma interpretação específica dos fatos. No entanto, para compreender melhor a narrativa completa adotada pelo Estado de S. Paulo, é necessário aprofundar a análise na matéria principal publicada no caderno de “Cidades”, com a manchete “*Oito morrem em motim da detenção*”. Neste tópico, iremos examinar a maneira que a

reportagem é desenvolvida, o método de descrição dos fatos, o porta-voz sobre o caso e maneira a seleção e disposição das informações influenciam a percepção pública do massacre.

Essa estratégia influencia diretamente a percepção dos leitores antes mesmo que o conteúdo completo seja lido e analisado. A escolha das palavras e a forma como os eventos são narrados podem provocar reações intensas, contribuindo para uma compreensão distorcida da realidade.

Em vista disso, a escolha de palavras reduz a gravidade do episódio ao apresentar um número irreal de vítimas e classificá-lo como um “motim”, o que sugere uma narrativa de desobediência dos detentos e, de maneira indireta, justifica a resposta dos policiais. Essa abordagem pode levar a uma desinformação generalizada, fazendo com que o público forme opiniões baseadas em interpretações equivocadas dos eventos, sem considerar os contextos mais amplos que cercam situações de crise. Isso se torna ainda mais preocupante ao levarmos em conta que muitos leitores avaliam o conteúdo das notícias de forma superficial e absorvem apenas as informações essenciais transmitidas pelos títulos.

Nesse sentido, Perobelli e Correia (2021) ressaltam que:

[...] entender que não há ingenuidade na escolha dos termos que compõem uma manchete pode inclusive definir as escolhas de quais veículos merecem ser lidos, em detrimento de outros, assim como pode também ajudar a formular conceitos e opiniões acerca de certas posições políticas e ideológicas que compõem o amplo espectro de possibilidades para além da polarização débil e rasa, que costuma ser tão difundida por alguns meios de comunicação (PEROBELLI E CORREIA, 2021).

Durante o texto, o autor explora o pronunciamento oficial do diretor do presídio, José Ismael Pedrosa, que apresenta uma versão dos fatos alinhada à justificativa da ação policial ao alegar que os agentes “foram recebidos à bala pelos presos amotinados no pavilhão (que abriga 2.500 detentos) e que foi preciso dar tiros e jogar bombas para que recuassem” (ESTADO DE S. PAULO, 1993). No entanto, essa versão dos acontecimentos se mostrou distorcida, uma vez que foi comprovado que os encarcerados possuíam apenas facas e estiletes, não havendo indícios concretos de resistência armada que justificassem a resposta letal da polícia.

A publicação do pronunciamento de Pedrosa como a narrativa oficial, sem que houvesse uma apuração independente e analítica por parte do jornalista, evidencia a abordagem acrítica e a dependência dos veículos de comunicação em relação às narrativas institucionais. Ao reproduzir exclusivamente a versão apresentada pela autoridade, sem consultar outras perspectivas ou questionar os dados fornecidos, a reportagem limita a compreensão dos fatos e, inicialmente, contribui para a legitimação das ações violentas dos policiais, ao mesmo tempo em que exclui qualquer análise crítica sobre possíveis abusos cometidos pelo Estado.

Desse modo, a cobertura colabora com a construção de discursos imprecisos e reforça estigmas sobre os detentos, dificultando o debate público sobre políticas necessárias para a reforma do sistema prisional. A ausência de diversidade nas fontes e na análise crítica dos eventos impede que a sociedade tenha uma visão ampla e aprofundada das complexidades que permeiam as instituições penais.

A utilização de informações questionáveis representa um dos aspectos mais problemáticos da primeira cobertura do *Estado de S. Paulo* sobre o Massacre do Carandiru. A divulgação de dados imprecisos, como o anúncio de oito mortos e 17 policiais feridos na noite de 2 de outubro, constrói narrativa que reforça a ideia de que os agentes do Estado enfrentaram resistência armada, o que, por consequência, justificaria o uso ostensivo da força letal.

Ao analisar o conteúdo da cobertura imediata do caso, percebe-se que ela direciona seu foco para as dinâmicas internas do presídio e para a suposta necessidade da intervenção policial. No entanto, evita questionar a letalidade da ação estatal e evita a problematização sobre o fato de oito pessoas terem sido mortas por policiais fortemente armados e treinados, resultando na normalização da repressão dentro das prisões. Esse silenciamento apaga a possibilidade de reflexões críticas por parte do leitor e da sociedade como um todo. Assim, a escolha editorial reflete a normalização da violência do Estado e também a forma como a sociedade encara, com certo conformismo e aceitação, essas execuções como parte do sistema.

Figura 6 - Capa da edição de 04 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo

O ESTADO DE S. PAULO

Julio Mesquita (1891-1927) Julio de Mesquita Filho (1927-1969) Francisco Mesquita (1927-1969)

SP, RJ, MG, PR e SC ANO 113 DOMINGO, 4 DE OUTUBRO DE 1992 Nº 36.145

Classificados

Cláudia faz sucesso e sofre com Collor

As histórias dos pequenos bangueiros

MANEIRAS

Complô ecológico na ressaca cívica

Massacre deixa 111 presos mortos



FLEURY tenta justificar ação dos policiais e OAB forma comissão para acompanhar as investigações

Maluf e Suplicy podem ir para o segundo turno

Cláudia faz sucesso e sofre com Collor

A atriz Cláudia Riba acha que Maria Escandalosa, sua personagem de sucesso na novela "Deus não Acaba", não é trambiqueira. "Ela ruíu, mas é uma menina boa, de alma boa." Cláudia conta que sofreu muito com a CPI e o afastamento do presidente Collor, seu amigo há 12 anos. Não se arrepende de ter votado nele, mas se diz perplexa e sem opinião formada sobre o assunto.

Maluf e Suplicy podem ir para o segundo turno

Paulo Maluf, do PDS, teve 49% dos votos e Eduardo Suplicy, do PT, 29%, na pesquisa de boca-de-urna do Gallup feita para o Estado. Os dois poderão disputar o segundo turno da eleição para a Prefeitura de São Paulo em 15 de novembro. A soma de todos os candidatos atinge 44% dos votos válidos, um ponto acima do percentual necessário para Maluf. Para ganhar no primeiro turno, Maluf teria de obter um número de votos superior à soma dos demais candidatos. O levantamento, porém, tem uma margem de erro de 2 a 3 pontos percentuais, o que altera a possibilidade de o candidato do PDS ganhar já no primeiro turno. No Rio, pesquisa do Ibope dá a Bessada da Silva, do PT, 38% dos votos. Ela deverá disputar o segundo turno com Cláudia Campora, do PDT, que teve 18%. **Página 10 e 18**

Maluf e Suplicy podem ir para o segundo turno

Paulo Maluf, do PDS, teve 49% dos votos e Eduardo Suplicy, do PT, 29%, na pesquisa de boca-de-urna do Gallup feita para o Estado. Os dois poderão disputar o segundo turno da eleição para a Prefeitura de São Paulo em 15 de novembro. A soma de todos os candidatos atinge 44% dos votos válidos, um ponto acima do percentual necessário para Maluf. Para ganhar no primeiro turno, Maluf teria de obter um número de votos superior à soma dos demais candidatos. O levantamento, porém, tem uma margem de erro de 2 a 3 pontos percentuais, o que altera a possibilidade de o candidato do PDS ganhar já no primeiro turno. No Rio, pesquisa do Ibope dá a Bessada da Silva, do PT, 38% dos votos. Ela deverá disputar o segundo turno com Cláudia Campora, do PDT, que teve 18%. **Página 10 e 18**

Diário da Corte

Marcello provocou embaraço nos EUA

Pequenos carros do futuro estão na rua

Corinthians e São Paulo jogam com medo da violência

Boca-de-urna

Em quem votaram os paulistanos

43%	24%	13%
Maluf	Suplicy	Aloyso

Classificados

Autos e Acessórios

Empregos

Imóveis

Oportunidades

Caderno 2

Notas e informações

Mãe de Rosane leva urnas para casa

Um complô nacional derrubou presidente

Kohl é agredido em festa da unificação

Vitamina em excesso pode causar doenças

Último esforço

Boca-de-urna na Rua Cardoso de Almeida, Zona Oeste de São Paulo: eleitores com papel no chão e clima de tensão. **Cláudia 1 e 2**

Fonte: Acervo do Estado de S. Paulo.

A manchete “Massacre deixou 111 presos mortos” se destacou nas bancas do Brasil no dia 4 de outubro, segundo dia de cobertura do evento. É importante analisarmos a escolha do título da notícia para estampar a capa do jornal.

O termo “massacre” é caracterizado pela matança sistemática e indiscriminada de um grande número de indivíduos (ZAFFARONI, 2022). No sentido figurado, a palavra remete a algo torturante, exaustivo e brutal, indo além do seu significado literal e incorporando um peso emocional considerável.

A escolha da palavra reflete um posicionamento crítico sobre o evento a partir desse momento, sem amenizar as consequências do ocorrido e incorporando um tom de denúncia da violência excessiva. A aplicação do termo no contexto jornalístico pode ser interpretada como uma maneira de reafirmar a seriedade e a brutalidade da ação policial, sinalizando uma reprovação ao longo de toda a abordagem do jornal.

O uso da expressão “Massacre do Carandiru” pelo O Estado de S. Paulo foi decisivo para a consolidação desse rótulo na memória coletiva, tornando-se amplamente adotado em outras ocasiões. A modo de comparação, a Folha de S. Paulo utilizou o termo “chacina” em sua publicação no mesmo dia.

Nesse momento, o Estado de S. Paulo deu espaço a diversas narrativas a respeito do ocorrido, com estudiosos oferecendo suas análises sobre as implicações sociais e políticas do evento, representando uma evolução gradual no método de cobertura. Em contrapartida, as vítimas do ataque demoraram a se posicionar. O estudo *Narrar de dentro e narrar de fora: Memória, experiência e cotidiano a partir das narrativas do massacre do Carandiru*, enfatiza o contraste entre a rápida produção de narrativas pelos “observadores externos” — termo utilizado para se referenciar aos personagens que não presenciaram a vida no cárcere e o massacre — e o processo prolongado pelo qual os sobreviventes passaram para articular suas experiências, resultado da grande carga emocional envolvida no trauma.

Se, por um lado, o olhar 'de fora' do cárcere, e portanto, de fora do Pavilhão 9, apressou-se em relatar os eventos de modo a buscar compreendê-lo, as narrativas daqueles que experimentaram o mesmo evento — e sobreviveram — levaram anos para serem elaboradas (TAETS SILVA, A. R. F, 2020).

Silva caracteriza o posicionamento dos policiais atuantes como “relatos externos”, pois eles não estavam diretamente envolvidos nas experiências dos prisioneiros, mas exerceram o papel de agentes durante o incidente. A perspectiva deles era moldada por seu papel no sistema, o que influenciava a maneira como interpretavam o evento, focando na justificativa das ações tomadas. Esse enquadramento pode levar a uma narrativa que minimiza a violência vivida pelos prisioneiros, utilizando a premissa de que todos que estavam presos não eram inocentes e que, de certa maneira, mereceram aquele destino.

Esse descompasso é exemplificado nas coberturas jornalísticas, uma vez que os observadores externos documentaram rapidamente o evento, trazendo versões simplificadas que não capturavam a totalidade da experiência. Enquanto os presos, levaram anos para desenvolverem suas versões.

A maneira como O Estado de S. Paulo estruturou a cobertura desse dia sobre o Massacre dialoga diretamente com as questões levantadas pelo estudo “*Narrar de dentro para fora*”. Na primeira página da cobertura, o jornal traz a declaração de Fleury, que, na tentativa de justificar o ocorrido, afirmou que os policiais foram recebidos a tiros, fortalecendo a versão oficial divulgada no dia anterior. Além disso, os números apresentados passaram por alterações em relação à primeira cobertura do evento. A reportagem passou a trabalhar com um total de 130 feridos, refletindo a gravidade da situação e a falta de transparência nas informações apresentadas inicialmente pelas autoridades, alterando a versão publicada no dia anterior. Essa discrepância nos dados levantou questionamentos sobre a veracidade das declarações oficiais e

demonstra como as versões foram ajustadas conforme a apuração das informações e, conseqüentemente, o crescimento do impacto ao público.

Além disso, o jornal apresenta um levantamento de outros massacres ocorridos em presídios no Brasil e no exterior, comparando o episódio do Carandiru com a repressão a presos políticos no Peru e a intervenção policial na penitenciária de Attica, nos Estados Unidos. Ao trazer esse panorama, a cobertura expande a compreensão do ocorrido, mostrando que episódios como esse não são isolados, mas se inserem em um contexto mais amplo de violência estatal e repressão dentro do sistema prisional.

A abordagem apresentada na primeira parte da editoria de Cidades adota um tom predominantemente descritivo e declaratório, estruturando a narrativa de forma objetiva e informativa. O Estado de S. Paulo recorre ao uso de figuras para ilustrar a localização do massacre, proporcionando ao leitor uma visão mais clara e dinâmica do evento. Essa estratégia reforça a adoção do método de direcionamento por parte da edição que facilite o entendimento do caso para o leitor.

Contudo, o jornal se preocupa em trazer a interpretação do caso sob o olhar de estudiosos, como o professor de Ciências Políticas da USP, Sérgio Pinheiro, que afirma que o Estado tem responsabilidade sobre a vida dos presos, sem eximir a culpa do poder público. Ainda no âmbito de contradição às versões oficiais, o presidente da OAB, José Roberto Batochio, questiona a veracidade da versão policial e destaca o ato planejado dos policiais de encaminharem os corpos para diferentes locais de necropsia, no intuito de dificultar as investigações.

A inclusão dessas perspectivas evidencia que o jornal não se absteve em estimular debates sobre a legitimidade da ação policial, promovendo uma reflexão crítica sobre o papel do Estado na proteção dos direitos humanos e a importância da transparência nas ações das forças de segurança.

Esse enfoque se manifesta na segunda página da editoria de Cidades, no texto “*Parentes se desesperam em frente ao presídio*”, de Marcelo Faria de Barros e Marcelo Fagá, que apresenta relatos de familiares à espera de informações sobre os detentos. O texto apresenta um tom mais sensível e aberto às pessoas que tinham ligações com os presos, oferecendo uma perspectiva mais ampla sobre a consequência da ação policial. Como resultado, humaniza as

111 pessoas mortas, atribuindo identidade a elas e gerando um maior impacto emocional ao leitor.

Para contextualizar as implicações jurídicas, a produção de Márcia Guerreiro, “*Comissão vai à Justiça para acusar responsáveis*”, discute os desafios que o Estado enfrentaria diante da ação, podendo ser responsabilizado tanto civil quanto criminalmente. Em resumo, poderia ser obrigado a reparar danos causados a terceiros ou a responder por um crime. Complementarmente, a reportagem traz informações detalhadas sobre o andamento do processo, com depoimentos de membros da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos e do Conselho Seccional da OAB.

De acordo com o dado mais recente disponibilizado pelo relatório do Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena (NECP), até 2022, apenas 25 indenizações foram concedidas aos familiares das vítimas do massacre (FGV DIREITO SP, 2022).

Paralelamente ao cenário político da época, o jornal apresentou as opiniões dos candidatos à prefeitura de São Paulo. Eduardo Suplicy (PT) e Paulo Maluf (PPR), que acabaria eleito, posicionaram-se criticamente sobre a ação policial, alegando excessos de violência e abuso por parte da polícia militar. Já Aloysio Nunes (PMDB), então vice-governador e também candidato, evitou comentar diretamente o caso, mas defendeu a gestão estadual ao afirmar que o governo “não costuma esconder dados ou informações”.

A inclusão das declarações dos candidatos reflete o alinhamento com a teoria da *Agenda-Setting* (McCombs & Shaw, 1972) uma vez que direciona a atenção do público para as repercussões políticas sobre o massacre, inserindo o episódio no debate eleitoral. O jornal reforça o papel da mídia na construção da agenda pública, de modo que a posição de um candidato sobre o ocorrido poderia influenciar sua trajetória na disputa. Assim, a estratégia demonstra a maneira que os temas publicados são hierarquicamente organizados para influenciar o debate público e construir novas percepções, priorizando determinadas interpretações do evento e ampliando seu impacto no cenário político da época.

Figura 8 - Capa da edição de 05 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo

SP, RJ, MG, PR e SC
Cr\$ 3.500,00

O ESTADO DE S. PAULO

Julio Mesquita (1891-1927) Julio de Mesquita Filho (1927-1969) Francisco Mesquita (1927-1969)

ANO 113 SEGUNDA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO 1992 Nº 38.145

JULIO DE MESQUITA NETO
Diretor
Responsável

TRE prevê segundo turno na Capital



Dia de luto
Parentes em frente à Casa de Detenção e lista de mortos no IML: desamadas de corpos nos corredores



Maluf, com menos de 1% abaixo da maioria absoluta, enfrenta Suplicy no dia 15 de novembro

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) calculou ontem à noite que haverá segundo turno na eleição para prefeito de São Paulo. Apurados 73,90% dos votos, Paulo Maluf (PDS) estava na frente, com 1.682.222 votos, ou 49,21% dos votos válidos, segundo de Edmarcio Suplicy (PT), com 1.041.846, ou 30,46%. Aloysio Nunes Fer-

Recife e Curitiba definidos

Jarbas Vasconcelos (PMDB), no Recife, e Rafael Greco (PDT), em Curitiba, foram eleitos no primeiro turno. No Rio, Benedita da Silva (PT) vai para o segundo turno com Cláudia Campos (PDT). Em

Deputados dizem que houve massacre

Parlamentares e membros de comissões de direitos humanos que visitaram coletiva à Casa de Detenção encontraram sinais de chacina na repressão à rebelião de sexta-feira. "É a única conclusão à que podemos chegar", disse o deputado José Genecio (PT-SP).

Alguns afirmaram que o número de mortos pode ser maior do que o de 11 divulgado pela Secretaria da Segurança. Houve vários incidentes na porta do presídio. Parentes dos presos atraíram pedras e garrafões e atacaram a socos e pontapés os policiais de guarda. Foram dispersados pela tropa de choque e pela cavalaria. Depoimentos de corpos estavam sendo feitos para reconhecimento em dois corredores do Instituto Médico Legal (IML). A maioria tinha sinais de tiros no peito, à altura do coração.

Itamar volta a defender seus ministros

O presidente em exercício Itamar Franco defendeu ontem o Gabinete e prometeu fazer um governo "voltado para a realidade brasileira e não para o povo estrangeiro". O ministro Gustavo Kuusne estará hoje na posse do presidente da Fiegg, Carlos Eduardo Moriera Ferreira.

A luta continua

Maluf visita centro de apuração: promessas de vitória, mesmo no segundo turno, e programa para primeiro dia de governo

Os resultados

Apurados 73,90% dos votos

49% Maluf	30% Suplicy	12% Aloysio
---------------------	-----------------------	-----------------------

Notas e Informações

Aceita a destituição do presidente Fernando Collor pela Câmara, a família Lulio-Quaresima não se desfez. Como explicar que a CPI da Via não leve e mantenha, sem que outros ministérios tenham sido convocados para o trabalho bancário comprometido? A instabilidade, como se sabe, desde Roberto Frassinetti, gerou desprezo em São Paulo.

Avião cai em cidade holandesa e causa mais de 20 mortes

Além dos três tripulantes e uma passageira, pelo menos mais 20 pessoas morreram ontem quando um Boeing da empresa aérea israelense El Al caiu num bairro de Amsterdã, na Holanda. Vários edifícios se incendiaram. Há estimativas de que o número de vítimas pode chegar a 200, mas a polícia não confirmou a previsão. As primeiras investigações apontaram a suspeita de atentado.

Amanhã no 'Estado'

Viagem
Passos a pé em grupo revela as surpresas da Tocantins

Marcello preparava o 'Plano Collor 3'

Economia 1
Guerra civil chega ao fim em Moçambique
Kohl promete rigor contra extremistas
Poluição mata oito crianças por semana
Haddad quer maior produção de vacinas
Billings deixa de receber esgotos
Índice na página 2

SÃO PAULO 3 a 0

Vitor, do São Paulo, e Nilson, do Corinthians, disputam a bola na partida vencida pelo tricolor, ontem no Morumbi

EU NÃO QUERO SABER!

Veríssimo reflete sobre a incrível percepção do império
Informática
Computação gráfica tem novos programas no País

Fonte: Acervo do Estado de S. Paulo.

Durante a edição do dia 5 de outubro, O Estado de S. Paulo continuou dando destaque ao massacre, que dividia a capa com notícias sobre as eleições municipais de São Paulo. Ainda assim, o jornal seguiu explorando os desdobramentos do caso, especialmente no campo político e institucional, destinando quatro páginas da editoria de Cidade para o caso.

No primeiro texto, "Deputados dizem que houve massacre", é possível notar um aumento das declarações feitas por deputados e membros da Comissão de Direitos Humanos.

Isso se deve à visita realizada por eles à Casa de Detenção, onde encontraram sinais alarmantes de violência extrema. O conteúdo traz descrições dos corpos no local e é acompanhado por uma imagem de parentes dos presos em frente ao presídio e outra com a lista de mortos do IML.

Ao priorizar a declaração dos parlamentares e a afirmação de que um massacre havia ocorrido, o jornal contribui para a criação de uma tensão em torno das versões oficiais divulgadas anteriormente. Soma-se a isso a dúvida levantada pelos próprios deputados em relação ao número oficial de mortos, que permanece sob suspeita.

Figura 9 - Editoria de Cidades da edição de 05 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo



Fonte: Acervo do Estado de S. Paulo.

Já no conteúdo da editoria de Cidades, no texto “*Relatos revelam horror do massacre*”, nota-se um tom direto e carregado adotado pelo jornal, aderindo a um vocabulário mais impactante, como “horror”, e repetindo o termo “genocídio”. O material é produzido por meio das declarações de parlamentares e demais políticos que estiveram no local e descreveram as cenas de brutalidade: presos mortos após se renderem, assassinados enquanto dormiam, com sinais de espancamento e membros quebrados.

Além do detalhamento sobre o que pode ter acontecido naquela noite, há uma menção à repercussão internacional do caso, conforme citado anteriormente neste artigo, além da suspeita de que o número real de mortos teria sido sonogado para evitar impactos eleitorais negativos ao governo. Essa declaração, prontamente negada por Fleury, destaca a ofensiva dos oficiais da operação, que tentaram minimizar a gravidade do evento e desviar a atenção das acusações de abuso de poder. Além disso, a sugestão de omissão de informações por motivos políticos colabora para a construção de um cenário de ocultamento e manipulação da informação por parte do Estado.

No texto “*Comissão visita detentos e diz que houve genocídio*”, há detalhes da execução dos presos, a abertura da possibilidade de que o número de mortos seja maior do que os 111 divulgados oficialmente e a menção à existência de corpos no poço do elevador, supostamente eliminados por policiais. Além disso, uma carta aponta que 280 detentos teriam sido mortos. O texto também nega que tenha havido rebelião ou que os presos possuíssem armas de fogo e reféns. No entanto, a reportagem não traz aspas diretas de nenhum detento, apenas a declaração do deputado José Genoíno de que essas foram as informações repassadas pelos encarcerados.

A partir desse posicionamento, é possível destacar a postura crítica e analítica de O Estado de S. Paulo. Se no início o enfoque era descritivo e informativo, agora o jornal se posiciona de forma mais contundente, inclusive ao dar voz a figuras públicas que denunciam diretamente a ação policial como criminosa. No entanto, não há a inclusão direta de depoimentos dos encarcerados, o que poderia contribuir com relatos em primeira pessoa, construindo uma narrativa mais rica e complexa. A inclusão do depoimento de familiares, como no caso de Maria Vieira, mãe de Sandro Roberto Vieira, de 21 anos, assassinado no massacre, amplia a humanização das narrativas, reforçando o impacto emocional da tragédia.

Em adição, o jornal traz o relato de uma mulher desconhecida que os policiais jogaram óleo nos corredores, o que fazia com que os detentos escorregassem, facilitando as execuções.

O trecho em questão destaca um momento de confronto entre familiares e a PM: “A doméstica Sandra Aparecida da Silva passou toda a parte da manhã à procura do irmão Rogério Aparecido da Silva, recolhido no Pavilhão 9 por tentativa de roubo. Irritada por não encontrar o irmão, Sandra deu socos e pontapés em um soldado que não tinha a tarja preta no nome” (O ESTADO DE S. PAULO, 1992, p. 18).

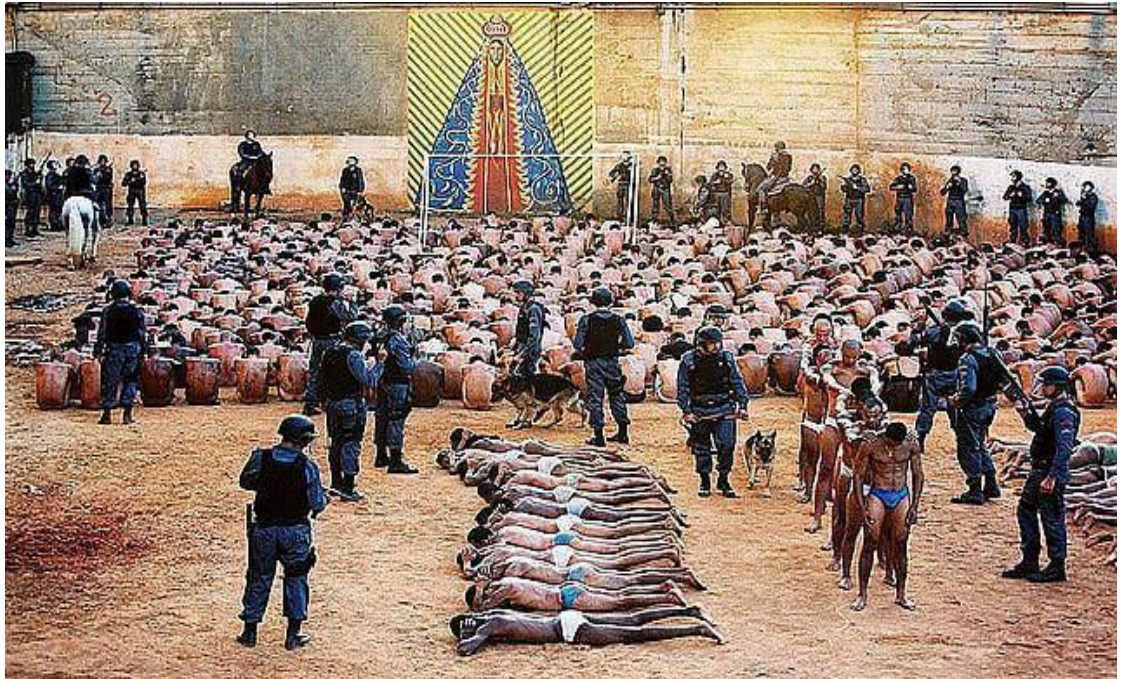
O impacto do trecho reside no detalhe da ausência da identificação, prática que havia sido mencionada anteriormente como uma tentativa de dificultar a responsabilização individual pelos abusos cometidos. Essa prática busca dificultar a identificação dos agentes, atrapalhando as investigações, fato mencionado anteriormente pelo jornal. A ausência da identificação pode ser interpretada sob duas perspectivas: uma tentativa de evitar responsabilizações futuras ou a suposição de que o próprio agente teria participado da chacina. Como consequência, Sandra foi detida sob alegação de que precisaria tomar um calmante, evidencia o despreparo dos militares para lidar com a população em momentos de crise.

A narrativa se aprofunda nos impactos políticos da operação. Durante o texto “*Para deputado, Fleury deve demitir secretário*”, o parlamentar José Genoíno (PT-SP) manifesta a indignação perante o andamento do caso, exigindo a mudança em altos cargos do governo estadual. Nota-se que a comissão de investigação é majoritariamente formada por políticos da esquerda, como Genoíno, Eduardo Suplicy (PT) e Jamil Murad (PCdoB).

Esse posicionamento crítico ganha ainda mais peso quando se observa o cenário político da época: a gestão de Luiza Erundina (PT), com propostas voltadas para os direitos humanos, estava chegando ao fim, abrindo caminho para a eleição de Paulo Maluf (PPR), cuja trajetória política sempre esteve associada a uma visão mais conservadora e de endurecimento na segurança pública.

Assim, a cobertura segue dando mais detalhes sobre a brutalidade das ações policiais, o texto “*Sobreviventes estão sem roupa e sem comida*” é uma contextualização da famosa imagem do filme *Carandiru*, de Hector Babenco, onde diversos detentos estão sentados apenas de cuecas no pátio da prisão, enquanto um batalhão de choque enquadra outro grupo, deitados, também sem roupa. No caso real, seus pertences foram queimados e os sobreviventes foram obrigados a permanecer naquelas condições — sem comida, sem roupa e sem qualquer tratamento para os feridos — como maneira de castigo pela “rebelião”, cuja existência é cada vez mais questionada.

Figura 11 - Cena do filme “Carandiru”, de Hector Babenco



Fonte: Divulgação

A irmã de um dos detentos afirma que a única limpeza realizada no pavilhão foi a retirada dos corpos, para evitar que os jornalistas vissem a real dimensão do massacre. Os presos foram forçados a conviver com o sangue ressecado dos mortos, sem condições mínimas de sobrevivência. Enquanto isso, foi anunciado o afastamento do coronel Ubiratan, por conta de um ferimento durante a operação.

Trazer esse espaço para retratar a crueldade vivida pelos detentos reforça o papel crucial da imprensa no processo de denúncia, pois mesmo após o episódio mais violento, os abusos continuaram, e o jornal, ao exercer seu papel de mediador da realidade social, contribuiu não apenas para a exposição das violações, mas também para a construção de uma memória pública que reconhece a dor dos sobreviventes e desafia o silêncio institucional.

No final da página, o jornal traz uma entrevista inédita com Wanderley Mascarenhas, o primeiro militar a entrar na Casa de Detenção. Na entrevista, Mascarenhas admite ter usado uma metralhadora durante a operação e afirma ter realizado disparos, mas que não sabia se teria acertado alguém.

Estado – O senhor usou qual arma? Mascarenhas – Eu estava com a minha metralhadora 9 milímetros. Estado – Apertou o gatilho? Mascarenhas – Apertei. Estado – Quantos o senhor matou? Mascarenhas – Não sei se acertei alguém (O ESTADO DE S. PAULO, 1992, p.18).

Esse diálogo seco e direto, publicado no jornal, ao mesmo tempo em que dá espaço à versão policial, também evidencia a banalização da violência, destacando a frieza do pronunciamento do policial, além de demonstrar a falta de responsabilização por parte dos envolvidos.

Por outro lado, a maneira que a abordagem é realizada destaca a função do jornalismo investigativo, que, ao divulgar informações detalhadas e contraditórias, pressiona o Estado por respostas. O jornal buscou divulgar os fatos em toda a sua edição, incluindo as declarações dos oficiais, para que a população tivesse ciência da maneira de como aquilo ocorreu. Nesse sentido, é possível notar que muitas falas vão em desencontro com as narrativas oficiais, revelando as contradições e versões que fragilizam a tentativa de justificar a intensidade da ação policial.

Ao dar espaço para outras versões além das declarações oficiais feitas logo após o massacre, O Estado de S. Paulo contribui para o questionamento público sobre a conduta policial. Ao permitir que fossem publicadas diferentes versões, embora ainda institucionais, o jornal contribui para a memória coletiva do episódio como algo conturbado e marcado por incertezas sobre o que de fato ocorreu.

O trabalho jornalístico, ao exercer sua função de expor e denunciar, como nesse caso, incomoda — assusta oficiais, parlamentares, secretários e até políticos do mais alto escalão, porque confronta diretamente a tentativa de silenciar e apagar as marcas da violência estatal.

A participação de outras vozes sociais na cobertura do Massacre do Carandiru representou um divisor de águas no modo como o episódio foi narrado e compreendido pela sociedade. Nos primeiros dias de cobertura, o trabalho jornalístico foi sustentado por depoimentos de autoridades e representantes do governo. No entanto, após o desdobramento das investigações e a pressão de familiares, sobreviventes e entidades de direitos humanos, o jornal cedeu espaço para diferentes perspectivas.

Essa mudança de posicionamento foi essencial para romper a narrativa singular dos últimos dias, construída para justificar a ação brutal dos policiais como resposta necessária à rebelião. A inserção de versões diferentes trouxe à tona detalhes sobre a dinâmica interna do presídio, revelando a ausência de resistência dos detentos e desmentindo versões oficiais declaradas publicamente.

Figura 12 - Página 3 da editoria de Cidades da edição de 5 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo

MASSACRE

Identificação dos mortos desespera parentes

As marcas da violência nos corpos nus dos presos mortos chocavam as pessoas e muitos desistiam de olhar os rostos mutilados

MARINÉS CAMPOS

No necrotério do Hospital Militar de São Paulo, os corpos mutilados dos presos mortos chocavam as pessoas e muitos desistiam de olhar os rostos mutilados...



Pranto Com o reconhecimento das corpos no necrotério do IML, a choro era constante

Na sala, as pessoas esperavam pela morte dos corpos por uma porta ao lado do necrotério. Não havia sinal de vida, apenas uma choroada, um suspiro, um gemido...

No primeiro corredor, de coroa de dez metros de comprimento, havia cerca de 30 corpos estendidos em uma cama de chão. Obediente aos dois lados da cama, as pessoas caminhavam por um corredor de dez metros de comprimento...

A maioria dos presos mortos tinha sinais de tortura no rosto, e alguns de contusão. Muitos corpos tinham marcas de facadas, ferimentos...

Os corpos, nas portas e nos corredores, eram identificados por uma placa com o nome do preso e o número de identificação...

No final do primeiro corredor, o funcionário avisava que havia morte e pedia para entrar no necrotério...

O secretário da segurança, Pedro Franco de Campos, disse ontem que foram identificados 111 mortos...

preços digitais em março de 1981, com o fim das negociações...

O secretário da segurança, Pedro Franco de Campos, disse ontem que foram identificados 111 mortos...

preços digitais em março de 1981, com o fim das negociações...

Peregrinação pelos hospitais abre notícias

A peregrinação pelos hospitais abriu notícias e a família de um dos mortos chegou ao Hospital Militar de São Paulo...

Justiça Militar abre sindicância para ouvir presos

Todos os presos que sobreviveram ao massacre no Hospital Militar de São Paulo serão ouvidos por uma comissão de sindicância...

Interior

Conselho adota a co-gestão e recupera hospital

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

REGISTRO - Integrantes do Conselho Co-Gestor do Hospital São João, neste cidade, aprovaram por aclamação a fórmula ideal para a recuperação do hospital...

AGENDA

• Curso sobre "História e Arte da Escultura" no Museu de Arte de São Paulo...

• Lançamento do livro "A Língua Portuguesa Brasileira" de Celso Cunha...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

• Exposição "Arte na Escola" no Museu de Arte de São Paulo...

Há um Século

O ESTADO DE SÃO PAULO

1 de outubro de 1981

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Notícia avulsa, diária, de 16 páginas, 100 rs

Serviços

Transfêrencia de telefone

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

São Paulo Reclama

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Além de 1981, prevê transferência de linhas para o Campo Lúcio...

Fin do sossego

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Muito movimento. Inverão de ondas, excesso de violência, secretaria política resolver o caso

Fonte: Acervo do Estado de S. Paulo

Na terceira e quarta página da editoria de Cidades da edição do dia 5 de outubro, O Estado de S. Paulo desdobra novos detalhes sobre as consequências do massacre, trazendo às páginas o sofrimento enfrentado por familiares e as consequências políticas e internacionais geradas pelo episódio.

A matéria "Identificação dos mortos desespera parentes" revela um tom mais sensível do jornal ao retratar a peregrinação dos familiares em busca de notícias entre os hospitais e o IML. As descrições precisas e impactantes do cenário vivido, como a descrição dos corpos encontrados, celas ensanguentadas e funcionários emocionalmente abalados, contribuem para ampliar a compreensão da tragédia para os leitores. A escolha da narrativa evidencia o

contraponto ao discurso oficial. Ao mesmo momento em que o secretário da Segurança se recusa a chamar o episódio de massacre, o jornal estampa em suas páginas imagens e relatos que o desmentem na prática.

Ainda, a comissão se posicionou criticamente à transferência do controle dos presídios da secretaria da justiça para a segurança pública. Como aponta Onodera (2007, p.118), “o massacre do Carandiru ficou famoso pela quantidade de presos mortos de uma vez e foi a primeira vez que realmente a sociedade e os órgãos institucionais vislumbraram o que acontecia dentro das nossas prisões brasileiras”. A autora enfatiza que o episódio não foi um caso isolado, mas a consequência de um processo contínuo de negligência institucional, marcado por práticas autoritárias e pelo despreparo do Estado em garantir direitos básicos a seus cidadãos encarcerados.

Deste modo, ao trazer o posicionamento de organizações da sociedade civil e especialistas em direitos humanos, contextualizando o massacre como resultado de um sistema penal marcado pela precariedade, superlotação e violência institucional, o Estado de S. Paulo contribuiu para a humanização das vítimas diante da opinião pública. O espaço concedido a esses relatos permitiu que a sociedade enxergasse o episódio sob múltiplos ângulos, questionando o papel do Estado e a legitimidade de suas ações, reforçando que o marco do Massacre do Carandiru se consolidasse como símbolo das falhas estruturais do sistema prisional brasileiro e revelasse a necessidade de reformas profundas.

Em paralelo, o jornal aborda a repercussão internacional do caso, apresentando um ponto de reflexão importante. O relato de David Welna, da National Public Radio, descrevendo o cenário como “um enterro coletivo em uma vala comum de 100 presos mortos por policiais militares” não só choca os leitores nacionais, mas também corrobora para a leitura de um abuso de poder que não havia acontecido antes.

Em um editorial, o The New York Times traz um paralelo entre o impeachment do Collor com o Massacre, “O editorial mostrará os contrastes do Brasil, que tem uma participação de primeiro mundo ao conseguir o impeachment do presidente da república e uma atuação medieval, de terceiro mundo, ao permitir o massacre de centenas de presos como os do Pavilhão 9 da Casa de Detenção”. (O ESTADO DE S.PAULO, 1992, p.20)

Essa interpretação, seguida pela cobertura de grandes jornais como The New York Times, Washington Post e Reuters, permite que o leitor brasileiro tenha acesso à maneira de como o país estava sendo observado globalmente. Onodera (2007, p. 13) ressalta: “Jornais e revistas contribuem para a formação de conceitos e para fixar determinados entendimentos sobre os acontecimentos, agindo diretamente na ‘institucionalização social dos sentidos’”.

Desse modo, ao articular o olhar internacional, os embates políticos e o drama vivido pelos afetados pelo Massacre, O Estado de S. Paulo constrói uma narrativa que se distancia dos padrões de ocultação levantados por Abramo (2003, p.24), pois, segundo o autor, “a manipulação das informações se transforma, assim, em manipulação da realidade” e envolve considerações como “o que merece ser conhecido pelo público e o que merece ser ocultado”. Com base nessas considerações, percebe-se que o jornal se posiciona como um agente de mediação entre os fatos para a construção da opinião pública sobre o caso, contribuindo para que o Massacre do Carandiru seja lembrado como um episódio simbólico da falha estatal e do sistema penitenciário brasileiro.

Figura 14 - Capa da edição de 6 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo

SP, RJ, MG, PR e SC
Cr\$ 3.990,00

O ESTADO DE S. PAULO

Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)

JULIO DE MESQUITA NETO
Diretor
Responsável

Julio de Mesquita (1891-1927)
ANO 113

Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
TERÇA-FEIRA, 6 DE OUTUBRO DE 1992

Francisco Mesquita (1927-1969)
Nº 36.146

Presos denunciam fuzilamentos

Diretor da Casa de Detenção não acredita que os presos tivessem em seu poder as 13 armas de fogo citadas pela Polícia Militar



Tragédia brasileira
Cemitério de Vila Formosa preparado para o enterro coletivo; conta incompleta na Detenção

Os sobreviventes do massacre de sexta-feira, à noite, no Pavilhão 3 da Casa de Detenção de São Paulo comemoram ontem o assassinato em massa à noite dos guardas dos campos de concentração nazistas 2º Guerra Mundial. "Anschuetz é um pelacete pelo do que foi este inferno", disse Ademir Polidoro, faleado, condenado a sete anos. O mau cheiro continua, apesar de velas e cerejões serem sido lavados várias vezes. Muitos detentos têm olhos e garras furadas e ferimentos provocados por tiros.

No cenário do massacre

HENATOLOMBARDI
Os restos guardados nas celas escoras da maior prisão da América Latina mostram e horrores vividos por mais de dois mil presos durante 12 horas sob o domínio do Tropa de Choque da Polícia Militar. São corredores do Pavilhão 3, onde detentos foram misturados, atacados por cães e a golpes de batedeira. As marcas da violência ainda estão nas paredes, nas camas, no teto, em suas cabeceiras e em

Maluf recebe 48% dos votos e Suplicy, 30%

O ex-governador Paulo Maluf, do PDS, ganhou o primeiro turno das eleições para o Profetaria de São Paulo com 2.036.776 votos, ou 48,84% dos votos válidos. Ele disputará o segundo turno, dia 15 de novembro, com Edmar Suplicy, do PT, que recebeu 1.270.231 votos, ou 30,68% dos votos válidos.

Collor é proibido por juiza de usar bens do governo federal

O presidente afastado Fernando Collor foi proibido ontem, por liminar da juíza Sábete Maciel, da 7ª Vara Federal do Rio, de usufruir de bens imóveis e móveis do Collor enquanto dura o processo de impeachment. **Página 6**

Itamar tenta vencer resistência paulista

O presidente em exercício Itamar Franco vai se reunir hoje à tarde em Brasília com alguns dos principais empresários de São Paulo, onde há o maior foco de resistência à composição do Ministério. O encontro foi articulado pelo senador Albano Franco (PRC-SP), que ocupará o Ministério da Indústria e Comércio. Ao

Novo estilo

Itamar desce a rampa interna do Planalto para dar posse a ministros: no gabinete, móveis trazidos e cadeira antirruído

Quêria depõe na PF sobre venda da Vasp

Geórgia diz que guerra com a Rússia começou a escolher carreira **Página 12**

Juiz fecha usinas atômicas de Angra

Japoneses exigem saída de político corrupto **Página 11**

Viagem

Botero leva a passeio a pé por cidades da Toscana

Justiça

Lei garante direitos legais para os filhos do adúltero

Agrícola

Produtora tenta aumentar renda com criação de peixes

Linha Quente

O leitor manda por apenas Cr\$ 40 mil no fax 856-9922

Amazônia no Estado

Fazendas tentam aumentar renda com criação de peixes

Pavão real

Aves da Ilha de Boticão, Botero, no local onde vive o Jumbo da SP, em São Paulo. Número de animais pode chegar a 200 **Página 12**

A escultura em pedra é uma das 120 obras de 73 artistas esculpidas que compõem a mostra 'Mestres da Arte, aberta para o público e o palco da qualificação na Mostra de Arte de São Paulo e Missão' **Caderno 2**

Fonte: Acervo do Estado de S. Paulo

A edição do 6 de outubro de 1992 dá continuidade à repercussão do Massacre do Carandiru, dividindo espaço com a cobertura do primeiro turno das eleições municipais em São Paulo. Ainda que houvesse a narrativa sobre o número real de mortos e a tentativa por parte dos oficiais de justificarem o resultado catastrófico da operação, o jornal passa a adotar uma postura mais crítica e sensível diante da gravidade dos acontecimentos.

Esse posicionamento editorial reflete uma disputa simbólica, onde a agenda pública sobrepõe-se à agenda midiática tradicional, de modo que o veículo disponibiliza cada vez mais espaço para as narrativas dos sobreviventes. Este ponto se destaca logo na capa da edição, durante introdução da reportagem narrativa escrita por Renato Lombardi — que detinha a maioria da autoria dos textos da cobertura sobre o Massacre. Nela, é possível notar uma linguagem emotiva, incorporando a presença explícita do repórter e suas considerações durante o texto quando utiliza uma analogia contundente ao Holocausto: “Os cinco andares do Pavilhão 9 da Casa de Detenção onde 111 presos foram fuzilados durante a rebelião de sexta-feira se parecem com uma câmara de gás dos tempos do extermínio nazista” (O ESTADO DE S. PAULO, 1992, p.1).

O jornal traz uma crônica, “No cenário do massacre”, que apresenta descrições vívidas do ambiente carcerário, como o odor de sangue e os gritos de dor, aproximando o leitor da brutalidade dos fatos. Trata-se de uma estratégia adotada pelo Estado de S. Paulo que rompe com a pretensa neutralidade e contribui para a construção de uma memória coletiva dos eventos, oferecendo ao público um texto mais sensorial, promovendo uma comoção significativa ao público.

Auschwitz é palacete perto do que foi este inferno com a passagem dos assassinos da Polícia Militar”. Os relatos de outros sobreviventes, como Cláudio Pereira, Reginaldo, Francisco Leonel, Leonel Almeida e Amilton Viana, expõem com clareza a brutalidade da ação policial, oferecendo informações importantes para toda operação, que confrontavam as versões oficiais: “Foi a própria PM que pegou essas armas calibre 7.65 e 6.35 [...]. Eles juntaram as armas e as facas que estavam com os presos, fotografaram e falaram que eram nossas para se livrar do crime”, declarou Reginaldo (O ESTADO DE S. PAULO, 1992, p.13).

A matéria também aponta o abandono institucional da população carcerária. Um dos sobreviventes relata o temor de ter contraído HIV ao ser forçado a carregar corpos durante a madrugada — receio justificado pelos altos índices da doença no sistema prisional à época, como posteriormente documentado por Dráuzio Varella (1999) em *Estação Carandiru*. Esse aspecto evidencia a aplicação da necropolítica no sistema penitenciário, no qual a vida dos detentos é tratada como descartável e explorada até os limites da dignidade humana.

A partir disso, a postura editorial adotada nesse momento indica um rompimento com a neutralidade tradicional da imprensa, assumindo um tom mais acusatório. A cobertura oferece maior liberdade aos repórteres para descreverem os fatos e apresenta uma crítica explícita às políticas de segurança pública do governo Luiz Antônio Fleury Filho, como é o exemplo do recorte “PM fica mais violenta e mata 7 por hora”, que traça um histórico do aumento da letalidade da Polícia Militar paulista nos últimos três governos, — dados do livro *Rota 66*, de Caco Barcellos (1992), lançado naquele ano — além de destacar as considerações de Paul Chevigny, da organização Americas Watch, que alerta para o caráter sistemático das execuções sumárias no país.

Tal reposicionamento pode ser compreendido à luz da teoria do *Agenda-Setting* (McCombs & Shaw, 1972), uma vez que a persistência na cobertura do massacre desloca o foco do noticiário político e eleitoral para a responsabilização institucional.

Com uma ilustração, o jornal organiza visualmente os fatos, demonstrando detalhadamente a invasão ao Pavilhão 9. A opção de utilizar a imagem fortalece o compromisso do jornal com a clareza narrativa e com a preservação da memória coletiva, ampliando a compreensão e sensibilização do leitor. Isso reafirma o papel do jornalismo como agente na construção da memória coletiva e na responsabilidade de divulgar as informações com os mínimos detalhes sobre a notícia.

Figura 17 - Página 3 da editoria de Cidades da edição de 6 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo

MASSACRE

Parentes acham que há mais de 111 mortos

Prazo de 72 horas para identificação termina, 40 corpos não foram reconhecidos e familiares encontram mortos que não estão na lista

Quatro dias após o massacre no Pavilhão da Casa de Detenção de Jandira, o balanço oficial do número de mortos é de 111. O prazo de 72 horas para identificação dos corpos acabou e 40 ainda não foram reconhecidos. O Instituto Médico Legal (IML) trabalha hoje a preparar o sepultamento dos corpos não reclamados, que serão enterrados com indómitos. Até ontem, 60 presos haviam sido enterrados em 40 túmulos.

Muitas pessoas procuraram na lista episódica durante todo o dia e não localizaram os corpos. Os familiares identificados por parentes sem a lista oficial do IML, e a Casa de Detenção, não foram mais feitas as pessoas que conseguiram entrar na lista, com nomes, sobrenomes, endereços, números de identificação, e a Casa de Detenção de Jandira, com o nome de 31 presos. Um número oficial de mortos, segundo a diretoria do IML, é de 111. O balanço do IML, para cada um dos presos, contém o nome, o número de identificação, o nome da família, o nome da mãe, o nome do pai, o nome da esposa, o nome da filha, o nome da mãe, o nome do pai, o nome da esposa, o nome da filha, o nome da mãe, o nome do pai, o nome da esposa, o nome da filha.

Falta de respeito
Eltiane dos Santos procura na lista o nome de um amigo; conselheiro foi para esperar a próxima visita

Indenização pode ir a 30 bilhões
O advogado Jorge Bello, calcula em mais de 30 bilhões o valor indenizatório que o governo de São Paulo pode ter de pagar aos parentes dos mortos na Casa de Detenção.

Pesquisa desfaz mito sobre perfil do preso
Na visão da maior parte dos presos, os presos são gente necros, analfabetos, desorientados e sem nada de bom. Pesquisa realizada em 1982 pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cenbrap) do Instituto de Sociologia da Universidade de São Paulo, desfaz o mito de que os presos são gente necros, analfabetos, desorientados e sem nada de bom.

Justiça

Lei proíbe discriminação contra filhos

Inclusão e reconhecimento é possível a qualquer tempo, ainda que casado o genitor

Adulterinos
A Lei de Divórcio nº 6.516/77, de autoria de Jorge Bello, possibilita a inclusão e reconhecimento de filhos ilegítimos por seu pai adotivo, mesmo quando o casamento já tiver sido consumado.

Reconhecimento voluntário
De acordo com o artigo 1.517 do Código de Processo Civil, o reconhecimento voluntário de filhos ilegítimos é possível a qualquer tempo, ainda que o pai já esteja casado.

Inclusão judicial
A inclusão judicial de filhos ilegítimos é possível a qualquer tempo, ainda que o pai já esteja casado.

LIVROS

Leitura

289-3266
283-0686

EDICIONARIA DE LINGUAGENS

EDICIONARIA DE LINGUAGENS

EDICIONARIA DE LINGUAGENS

LIVROS JURIDICOS

A maior variedade de títulos disponíveis no mercado.

Consulte-nos sobre outros títulos de seu interesse, ou peça pelo reembolso postal.

R. Conde de Pinhal, nº 78 - Centro - GP - Tel. (011) 37 - 2433 - Fax: (011) 37 - 5802

Fonte: Acervo do Estado de S. Paulo

Diante das divergências sobre o número total de mortos no massacre, a reportagem "Parentes acham que há mais de 111 mortos" traz detalhes importantes sobre o processo de identificação dos corpos. O diretor do Instituto Médico Legal (IML), Francisco Claro, aponta que a destruição de documentos dificultou esse trabalho, exigindo o apoio do Serviço de Identificação Científica. A diferença entre os números apresentados pelo Dacap, que contabilizava 118 mortos, e os dados oficiais levanta suspeitas sobre um possível apagamento

de identidades — indício de uma prática típica de contextos autoritários, onde a eliminação de rastros se transforma em instrumento de negação da violência.

A edição conclui com a publicação de um perfil sociodemográfico dos detentos, com base em dados do CEBRAP (1986), desmistificando estereótipos amplamente difundidos. A pesquisa indica que 58,1% dos presos eram paulistas, 46% brancos, 58% tinham menos de 30 anos e 54,3% estavam empregados no momento da prisão. Ao humanizar os detentos, o jornal busca romper com a narrativa que associa criminalidade com os estereótipos adotados socialmente.

Além disso, foi incluído uma nota comparativa sobre uma rebelião ocorrida nas Filipinas, onde, mesmo com 300 presos envolvidos, não houve mortos nem feridos, evidenciando o contraste nos métodos de combate às rebeliões. A inclusão desse paralelo exerce o papel de pressão moral e geopolítica sobre o caso ao revelar a preocupação governamental com a imagem do país no exterior.

internacional apontou o massacre como um retrocesso significativo na imagem do Brasil perante a comunidade internacional.

Esse olhar externo e sem influência pelas dinâmicas das políticas locais, contribuiu para pressionar as autoridades brasileiras por respostas mais contundentes e transparentes. Além disso, também reforçou a percepção de que o Massacre não era apenas um problema interno, mas um sintoma de violações sistemáticas de direitos humanos no sistema prisional brasileiro, consolidando o fato como um símbolo internacional da violência estatal e do fracasso institucional.

Figura 19 - Capa da edição de 7 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo

SP, RJ, MG, PR e SC
Cód. 3.000.02

O ESTADO DE S. PAULO

Julio Mesquita (1891-1927) Julio de Mesquita Filho (1927-1969) Francisco Mesquita (1927-1969)

ANO 113 QUARTA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 1992 Nº 30.148

Quércia é indiciado no caso Vasp



Entre amigos Quércia leva cópias de seus extratos e recebe abraço do deputado Nelson Gibson; cortesia na CPI

Presidente do PMDB fala no depoimento na Polícia Federal e é enquadrado na Lei do Calarinho Branco

O ex-governador Orestes Quércia, presidente do PMDB, foi indiciado ontem, pelo delegado José Osorimarzo Neto, no inquérito que apura irregularidades na privatização da Vasp. Ele foi enquadrado no artigo 23 da Lei do Calarinho Branco, que pune o restabelecimento de recursos públicos e prevê pena de 1 a 4 anos de prisão. O inquérito foi aberto a partir de sugestões de deputados sobre o refinanciamento de dívida da empresa, de US\$ 257 milhões, com o Banco do Brasil, e o equívoco de dois bancos, dos quais Quércia é atual dono da Vasp. Quércia deixou depois ontem a Base e, pela manhã, foi detido no aeroporto de Guarulhos. Ele está no Indiciamento em Brasília, onde se encontra para entregar cópias de seus extratos bancários à CPI da Vasp.

Empresários apoiam tese de entendimento nacional

Representantes dos principais setores empresariais seguiram ontem em conjunto com o presidente em exercício Helder Franco para defender a tese de entendimento nacional. A aprovação com a empresa, assinada o presidente da Vasp, Carlos Eduardo Moreira Ferrini, poderá surgir por meio de acordos setoriais entre as empresas e o governo. Helder Franco também afirmou que os ministros federais confirmaram a tese de entendimento nacional. A aprovação com a empresa, assinada o presidente da Vasp, Carlos Eduardo Moreira Ferrini, poderá surgir por meio de acordos setoriais entre as empresas e o governo. Helder Franco também afirmou que os ministros federais confirmaram a tese de entendimento nacional. A aprovação com a empresa, assinada o presidente da Vasp, Carlos Eduardo Moreira Ferrini, poderá surgir por meio de acordos setoriais entre as empresas e o governo. Helder Franco também afirmou que os ministros federais confirmaram a tese de entendimento nacional.

Policiais reagem a acusações e dizem que foram atacados

Soldados da Polícia Militar não foram ontem uma operação de segurança na Zona Sul para protestar contra a revolta à repressão no Pavilhão 9 e a desobediência de alguns integrantes, somente casos de insubordinação são apurados. Um agente disse que os policiais têm medo de serem acusados de insubordinação e afirmaram que não se envolvem em manifestações. Duas policiais que participaram da operação na Casa de Detenção sentiram a chiata. Nem de-

ESCLARECIMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PMDB.

O Presidente Nacional do PMDB, Sr. Orestes Quércia, foi ontem injustamente indiciado por um Delegado da Polícia Federal de São Paulo. Isso ocorreu apesar de haver o Sr. Orestes Quércia recebido a concordância dos Srs. Romeu Tuma, Secretário da Polícia Federal, e Marco Antonio Veronezzi, Superintendente Regional da Polícia Federal de São Paulo, para adiar a data de seu depoimento, marcado para ontem, sobre a privatização da Vasp. A seguir, a íntegra da correspondência enviada pelo Dr. Veronezzi ao Dr. Tuma, comprovando que o delegado responsável pelo inquérito contrariou o compromisso por ele assumido com o Dr. Veronezzi e com o Sr. Orestes Quércia.

SENHOR SECRETÁRIO

Encontra-se em andamento nesta SR-DFP-SP a PPL nº 2097/91-DFP-AZ, instaurado através do requerimento judicial, para apurar, em tese, crime capitulado na Lei 7492/86 (Caso Vasp). No dia 1 de outubro foi formalmente indiciado o Sr. Eduardo Teixeira, que à época dos fatos tratados no apuratório referenciado respondeu, interinamente, pelo Ministério de Economia. Das cópias necessárias à instrução do feito esta provida a do Sr. ORESTES QUÉRCIA, Ex-Governador do Estado de São Paulo, e, atualmente, Presidente Nacional do PMDB, sendo deferida a sua intimação para às 8:30h de hoje, dia 5/10/92. Na data de ontem, 5/10/92, o Sr. ORESTES QUÉRCIA entrou em contato telefônico esclarecendo sobre a impossibilidade do seu comparecimento na data do hoje, porém informou que compareceria no dia 8/10/92. Na data em que o delegado de Polícia Federal, JOSE OSORIMARZO NETO, estava no Rio de Janeiro, efetuando diligências também pertinentes ao Inquérito ora em foco, sendo informado, então ao Sr. ORESTES QUÉRCIA que a sua oitiva seria marcada para a próxima semana. Os fatos ora relatados contaram com a plena concordância do Presidente do Inquérito, Dr. JOSE OSORIMARZO NETO. Para surpresa do signatário, na data de hoje, o Delegado JOSE OSORIMARZO NETO procedeu à indicição indireta do Sr. ORESTES QUÉRCIA (Art. 23 da Lei 7492/86 ou Art. 29 do CPB), contrariando, assim, o compromisso assumido com o signatário e o solicitante no dia 3/10/92.

São Paulo, 6 de outubro de 1992
MARCO ANTONIO VERONEZZI
SUPERINTENDENTE REGIONAL

Supermercados esperam inflação menor este mês

Os preços nos supermercados de São Paulo voltaram alta de 2,2% este mês, o maior índice que em setembro. As inflações esperadas nos supermercados são de 1,5% em outubro.

Chuva prejudica trânsito e faz ceder pista da 9 de Julho

As chuvas de ontem e também hoje, causaram alagamentos e deslizamentos no trânsito em vários pontos de São Paulo. A Avenida 9 de Julho cedeu por volta das 15h. Maria Lúcia e outros carros foram.

Amãnhã no Estado!

Cola

Escolas abrem inscrições para o vestibular de 93

Notas e Informações

A Polícia do Estado se encontra em um estado de alerta em São Paulo. O presidente do conselho de administração, Helder Franco, não pode deixar o país sem o menor número de policiais em São Paulo. O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana abriu inquérito. Parlamentares do PMDB querem criar uma CPI no Congresso.

Krause quer revisão do Orçamento para 93

Rebeldes derrotam forças da Geórgia

Ero atrasa pagamento do IR para dia 9

'N. Tunes' v. vitória da esquerda no Brasil

Presas três suspeitas de traficar bebês

Super-Homem pode ser derrotado por editora

Cinco dias após o Massacre, a edição de 7 de outubro já não contou com o episódio na manchete principal do jornal. Essa mudança revela a reorganização do foco noticioso, em conformidade com os desdobramentos institucionais do caso. Com um menor foco na capa, a chamada “Policiais reagem a acusações e dizem que foram atacados” indica para uma matéria no caderno de Cidades, onde a versão da Polícia Militar é contada com mais detalhes.

Nela, o jornal noticia a deflagração de uma operação-tartaruga, justificada pela alegação de que futuras ações policiais poderiam ser interpretadas como novos massacres. Toda a narrativa é centrada no temor de “serem acusados de massacre ao atirarem em bandidos”, operando simbolicamente uma inversão de papéis, em que os policiais deixam de ser os agentes da violência para se posicionarem como vítimas de um suposto excesso de judicialização da segurança pública.

Figura 20 - Página 1 da editoria de Cidades da edição de 6 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo

O ESTADO DE S. PAULO

Cidades

QUARTA-FEIRA - 7 DE OUTUBRO DE 1992

O ESTADO DE S. PAULO - 1

ELETRODOMÉSTICO
É NO C

LIGUE JÁ.
260-5000

PMs fazem "greve branca" contra punição

Afastamento dos oficiais que participaram da invasão na Detenção causa revolta; PMs dão depoimento e dizem que não houve massacre

RENATO LOBATO

Revoltoados com as denúncias dos presos de que houve massacre por parte da Tropa de Choque, os policiais militares afastaram-se do Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo, deixando 111 mortos — policiais militares e presos — e milhares de feridos. A cidade "despedaçada" por um mês de violência, a greve branca dos PMs deverá adotar esta "greve branca" — O Estado de S. Paulo, 6 de outubro de 1992.

Revoltoados com as denúncias dos presos de que houve massacre por parte da Tropa de Choque, os policiais militares afastaram-se do Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo, deixando 111 mortos — policiais militares e presos — e milhares de feridos. A cidade "despedaçada" por um mês de violência, a greve branca dos PMs deverá adotar esta "greve branca" — O Estado de S. Paulo, 6 de outubro de 1992.

Revoltoados com as denúncias dos presos de que houve massacre por parte da Tropa de Choque, os policiais militares afastaram-se do Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo, deixando 111 mortos — policiais militares e presos — e milhares de feridos. A cidade "despedaçada" por um mês de violência, a greve branca dos PMs deverá adotar esta "greve branca" — O Estado de S. Paulo, 6 de outubro de 1992.

Confusão

Atisson Station, da Anistia, barrada na porta da Detenção, e Carlos Augusto, à procura de seu entretido: falta de informações

"Houve excesso, mas não fuzilamento"

MARINÊS CAMPOS

Uma invasão na sexta-feira no Pavilhão 9 da Casa de Detenção, integrantes de um dos batalhões de choque da PM, disse que houve excesso, mas não houve fuzilamento. "Quando a massa de presos tomou o Pavilhão 9, houve um excesso de violência, mas não houve fuzilamento", disse o coronel Marinês Campos, comandante do batalhão de choque da PM. "Houve excesso, mas não houve fuzilamento", disse o coronel Marinês Campos, comandante do batalhão de choque da PM. "Houve excesso, mas não houve fuzilamento", disse o coronel Marinês Campos, comandante do batalhão de choque da PM.

"Estavam alucinados. Não entendendo como agiam naquele jeito"

"Quando entramos, já havia preso morto. Quando entramos, já havia preso morto."

"Houve excesso, mas não houve fuzilamento"

"Quando entramos, já havia preso morto. Quando entramos, já havia preso morto."

Massacre pode causar contaminação por Aids inédita em todo o mundo

A invasão na Casa de Detenção de São Paulo pode causar contaminação por Aids inédita em todo o mundo, segundo especialistas em doenças infecciosas. "Houve excesso, mas não houve fuzilamento", disse o coronel Marinês Campos, comandante do batalhão de choque da PM.

Fonte: Acervo do Estado de S. Paulo

Essa tentativa de reposicionamento de papéis é reiterada durante a entrevista concedida por um integrante do Batalhão de Choque, conduzida por Marinês Campos. É possível destacar trechos impactantes que revelam uma estratégia discursiva de vitimização dos agentes, como "Já vi 200 presos, muitos com Aids, vindo para cima com estiletos?" e "Chorei por tudo o que aconteceu, de medo, de mágoa, 111 mortos! A gente não acredita". A inconsistência dos relatos fica cada vez mais destacada com o passar dos dias, como quando o entrevistado afirma que "quando chegaram, já havia uma grande quantidade de mortos", o que acaba entrando em conflito com versões anteriores.

Nesse espaço, a cobertura contribui para reforçar a posição discursiva da Polícia Militar ao conceder amplo espaço para que o policial entrevistado se manifeste não apenas como indivíduo, mas como representação simbólica da corporação. A entrevista não é por uma investigação crítica das motivações, excessos ou implicações da violência praticada. No entanto, essa exposição não é acompanhada de uma apuração crítica que questione as motivações, os excessos ou as consequências da ação policial.

Ao se abster de elaborar a matéria com mais detalhes para confrontar o relato ou tensionar a versão apresentada, o jornal adota uma postura de neutralidade ao discurso carregado da Polícia Militar, de maneira que se limita a reproduzir a narrativa da corporação, sem oferecer elementos que permitam ao leitor uma compreensão mais contextualizada ou crítica dos eventos retratados.

Figura 21 - Página 2 da editoria de Cidades da edição de 6 de outubro de 1992 do jornal O Estado de S. Paulo

MASSACRE

Ministro da Justiça visita hoje a Detenção

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana decidiu abrir inquérito para apurar as causas da chacina na Detenção

O ministro da Justiça, Marco Aurélio de Faria, vai visitar hoje a Detenção de Campos, na Grande São Paulo, para acompanhar a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Hoje são apurados em Brasília para depor na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o presidente da comissão, deputado federal Paulo Sérgio Passos, e o coordenador geral da Polícia Militar, coronel Manoel de Moura.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai acompanhar o governador Luiz Antônio Fleury Filho na quarta-feira. Os depoimentos de Campos são aguardados para serem apresentados à comissão. O presidente da comissão, deputado federal Paulo Sérgio Passos (PT-MG), Fleury ainda deve somar a data.

Artistas, juizes, com o objetivo de apurar as causas da chacina na Detenção de Campos. O CNJ tem o objetivo de apurar as causas da chacina na Detenção de Campos. O CNJ tem o objetivo de apurar as causas da chacina na Detenção de Campos.

As famílias dos presos mortos devem ser informadas do resultado do trabalho da comissão. As famílias dos presos mortos devem ser informadas do resultado do trabalho da comissão.

As famílias dos presos mortos devem ser informadas do resultado do trabalho da comissão. As famílias dos presos mortos devem ser informadas do resultado do trabalho da comissão.

Detentos afirmam que faltam 284 no pavilhão

Prisioneiros da Detenção de Campos afirmam que faltam 284 presos no pavilhão. Prisioneiros da Detenção de Campos afirmam que faltam 284 presos no pavilhão.

Franceses consideram repressão mau exemplo

Franceses consideram a repressão em Campos um mau exemplo. Franceses consideram a repressão em Campos um mau exemplo.

Dez não identificados serão enterrados hoje

Dez corpos não identificados serão enterrados hoje. Dez corpos não identificados serão enterrados hoje.

OAB pede saída do secretário Campos

OAB pede a saída do secretário de Campos. OAB pede a saída do secretário de Campos.

Grupos da EU-1 estão mobilizados

Grupos da EU-1 estão mobilizados. Grupos da EU-1 estão mobilizados.

Sabesp interrompe hoje abastecimento na Lapa

Sabesp interrompe hoje o abastecimento na Lapa. Sabesp interrompe hoje o abastecimento na Lapa.

Favelados protestam contra crime no Rio

Favelados protestam contra crime no Rio. Favelados protestam contra crime no Rio.

Pólice prende ex-candidato a prefeito em Osasco

Pólice prende ex-candidato a prefeito em Osasco. Polícia prende ex-candidato a prefeito em Osasco.

Bombas de Usina Eletrolítica de Pedreira são desativadas

Bombas de Usina Eletrolítica de Pedreira são desativadas. Bombas de Usina Eletrolítica de Pedreira são desativadas.

Pês e gravatas entram em conflito no Recife

Pês e gravatas entram em conflito no Recife. Pês e gravatas entram em conflito no Recife.

Correção

Correção. Correção.

Fonte: Acervo do Estado de S. Paulo

A edição também destaca os desdobramentos institucionais do massacre. A matéria "Ministro da Justiça visita hoje a Detenção" acompanha a visita de representantes da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, sinalizando a entrada do Estado para apurar o caso, procurando controlar os danos políticos e institucionais, além de buscar apresentar respostas públicas diante da pressão da sociedade civil.

Em paralelo, a reportagem "Detentos afirmam que faltam 284 no pavilhão" traz à tona o impasse sobre o número real de mortos e levanta suspeitas de que corpos tenham sido

ocultados — desovados em matagais ou atirados em represas. A comissão dos presos que tratava sobre o assunto ganhou respaldo de entidades como a OAB e de um grupo composto por deputados, padres, freiras e juristas. Nesse momento, marca-se uma transição importante: a responsabilização institucional começa a ocupar o centro do debate.

Essa mudança é marcada pela matéria “*OAB pede a saída do secretário Campos*”, no qual é retratado o pedido de exoneração do secretário de Segurança Pública, Pedro Franco de Campos, e a proposta de transferência da Casa de Detenção da alçada da Segurança Pública para a Secretaria da Justiça. Deste modo, é possível notar uma inflexão na narrativa do jornal, que passa a dar ênfase nos efeitos políticos e institucionais do massacre.

5. OS REFLEXOS DA COBERTURA SOBRE O MASSACRE DO CARANDIRU

A cobertura do Massacre do Carandiru pelo Estado de S. Paulo teve consequências que foram além da simples divulgação dos fatos. Ao dar visibilidade à brutalidade da ação policial e às condições precárias do sistema prisional, o jornal contribuiu para um clima de comoção e indignação que se espalhou pela sociedade. A abordagem construída com detalhes chocantes e com o aprofundamento das falhas institucionais, ajudou a transformar o massacre em símbolo da violência estatal e do abandono das políticas públicas no sistema penitenciário. Além disso, contribuiu para a criação de uma interpretação humanizada dos leitores sobre o caso, rompendo os estereótipos com as pessoas encarceradas.

A ampla divulgação dos fatos gerou forte repercussão nacional e internacional, que culminou na demissão do secretário de Segurança Pública de São Paulo, Pedro Franco de Campos. Além disso, mostrou a realidade do encarceramento em massa e da precariedade estrutural, colocando o sistema prisional brasileiro no centro do debate público e evidenciou o ciclo de opressão e negligência que marcou o Carandiru.

Ademais, a divulgação dos fatos pela mídia ajudou a levar o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a pedidos de investigação no Congresso Nacional, embora a CPI proposta em 1992 não tenha sido instalada. Por fim, a repercussão intensa destacou a necessidade por mudanças urgentes e motivou a criação da Secretaria da Administração Penitenciária em 1993, um dos principais marcos das mudanças no sistema prisional brasileiro.

No entanto, embora a cobertura intensa e a criação de medidas institucionais e governamentais, a responsabilização dos agentes envolvidos no massacre foi limitada, e o caso permanece marcado pela impunidade, fato frequentemente destacado pela própria imprensa ao longo dos anos.

6. A PIOR CONSEQUÊNCIA DO MASSACRE DO CARANDIRU

Em 1993, na penitenciária de Taubaté, apelidada de “Piranhão”, surge o Primeiro Comando da Capital (PCC). O objetivo do PCC era representar e proteger os direitos dos detentos, especialmente diante das condições desumanas nas prisões e da violência sofrida por parte do sistema penitenciário.

Prezando pela organização e identificação diante da expansão nas prisões, foi escrito um conjunto de 16 artigos, idealizados por Mizael, um dos membros, que atuam como uma espécie de código de conduta para os “irmãos” — termo usado para referir-se aos integrantes do grupo. Estes, que levam à risca o lema “Liberdade, Justiça e Paz” que passou a simbolizar os ideais da facção (JOZINO, 2017). O documento com os artigos foi divulgado pela mídia em maio de 1993, como iremos tratar depois nesse artigo, e reforçou a percepção do PCC como uma estrutura organizada e determinada a transformar o ambiente prisional.

"Lealdade, respeito, (sic) e solidariedade acima de tudo ao Partido. A Luta (sic) pela liberdade, justiça, e paz. A união na Luta (sic) contra as injustiças e a opressão dentro da prisão. A contribuição daqueles que estão em Liberdade com os irmão dentro da prisão, através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate. O respeito e a (sic) solidariedade à (sic) todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos, pro que aquele que causar conflito interno dentro do Partido, tentando dividir a irmandade será excluído e repudiado do Partido. Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais, contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais. Mas o Partido estará sempre Leal e solidário à (sic) todos os seus integrantes para que não venham à (sic) sofrerem (sic) nenhuma desigualdade ou injustiça em conflitos externos. Aquele que estiver em Liberdade 'bem estruturado' mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, será condenado à (sic) morte sem perdão. Os integrantes do Partido tem (sic) que dar bom exemplo à (sic) serem seguidos e por isso o Partido não admite que haja: assalto, estupro e extorsão (sic) dentro do Sistema.

O partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, a hombridade (sic), solidariedade, e o interesse comum ao Bem de todos, porque somos um por todos e todos pro um. Todo integrante tem que respeitar a ordem e a disciplina do Partido. Cada um vai receber de acôrdo (sic) com aquilo que fez por merecer. A opinião de Todos será ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do Partido. O Primeiro Comando da Capital — P.C.C. fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de Concentração “anexo” à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto “a Liberdade, a Justiça e a Paz“. O Partido não admite rivalidades internas, disputa do poder na Liderança do Comando, pois cada integrante do Comando sabe a função que lhe compete de acôrdo (sic) com sua capacidade para exercê-la (sic). Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 111 presos, (sic) foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Por que nós do Comando vamos sacudir o Sistema e fazer essas autoridades mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, torturas, massacres nas prisões.

A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador (sic) do Estado à (sic) desativar aquele Campo de Concentração “anexo” à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do Comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atrozés (sic). Partindo do Comando Central da Capital do KG (sic) do Estado, as diretrizes de ações organizadas e simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado (sic), numa guerra sem tréguas, sem fronteiras, até a vitória final. O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do Estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos (sic) à (sic) nível estadual e à (sic) médio e longo prazo nos consilidaremos (sic) à (sic) nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho – CV e PCC iremos revolucionar o país de dentro das prisões e o nosso braço armado será o Terror ‘dos Poderosos’ opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangú I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade, na fabricação de monstros.” (FACÇÃO PCC 1533, 1997).

O surgimento da facção teve entre os oito idealizadores nomes como Mizael Aparecido da Silva, criador do primeiro estatuto da organização, que estava preso desde 1985, acusado de estupro – crime que escondia dos outros detentos; Idemir Carlos Ambrósio, o Sombra, conhecido por ser um experiente assaltante de banco e o primeiro chefe do grupo; César Augusto Roriz da Silva, o Cesinha, que cumpria pena de 144 anos, por sete roubos e sete homicídios, sendo conhecido por decapitar rivais como assinatura de seus crimes; e José Márcio Felício, o Geleião, inventor da sigla PCC, condenado inicialmente pelo roubo e estupro de uma estudante na Zona Norte de São Paulo — crime que acusava o comparsa de executá-lo. Embora Marcola, que mais tarde assumiria o controle da organização, não estivesse entre os fundadores, ele alcançou notoriedade no mundo do crime por roubos a carros-fortes e bancos no final da década de 1990 (METRÓPOLES, 2023).

Tais personagens foram essenciais para a consolidação da facção dentro das prisões no estado de São Paulo, reforçando a imagem para os presos que o Primeiro Comando da Capital nascia como uma solução para a massa carcerária. Como resultado, a facção obteve um crescimento espantoso do número de novos integrantes, totalizando 40 mil “batizados” e 60 mil “companheiros”, os prestadores de serviços (METRÓPOLES, 2023).

Rapidamente o Primeiro Comando da Capital se consolidou como maior organização criminosa do Brasil, expandindo sua influência por todo o país e na América Latina. O PCC opera como um “estado paralelo”, impondo suas próprias leis e resolvendo conflitos em comunidades sob seu controle. Nas prisões, a facção estabelece um rígido código de conduta e governança entre os detentos, fornecendo uma estrutura de ordem e controle. Sua atuação também se estende fortemente em comunidades marginalizadas, especialmente em São Paulo, onde a sensação de governança contribui para a diminuição de conflitos internos, mantendo

uma aparência de controle sobre seus membros e a população local. Essa expansão é vista como uma resposta ao fracasso do Estado em atender às necessidades das populações marginalizadas.

O PCC emprega uma estratégia de cooptação e diplomacia para expandir sua influência, priorizando a persuasão sobre a violência direta ao lidar com possíveis aliados e inimigos. Como resultado dessa abordagem, o grupo se estabeleceu em várias regiões, incluindo as áreas de fronteira com o Paraguai.

Diferentemente de outras organizações criminais, o PCC implementou um sistema de comando descentralizado que permitia a adaptação rápida a novos desafios e condições, facilitando o controle sobre membros dentro e fora do sistema prisional. Essa flexibilidade organizacional, aliada à ausência de uma hierarquia rígida, foi essencial para o crescimento contínuo da facção e para sua capacidade de enfrentar tanto a repressão policial quanto às condições degradantes do sistema penitenciário (DIAS, 2013).

De acordo com levantamento realizado em 2024 pelo jornal O GLOBO, o Primeiro Comando da Capital atua em 24 países e envia drogas aos cinco continentes, além de movimentar um faturamento estimado em no mínimo US\$1 bilhão ao ano.

7. CONCLUSÃO

A análise dos primeiros cinco dias de cobertura jornalística sobre o Massacre do Carandiru feita pelo Estado de S. Paulo revela uma transformação significativa no posicionamento editorial do jornal. Inicialmente, a cobertura esteve fortemente pautada em versões oficiais sobre o episódio, apresentadas por agentes do Estado que reproduziam justificativas institucionais para a ação policial e que reforçavam a narrativa de ordem, controle e necessidade de repressão diante da suposta violência dos detentos. Isso é evidenciado nos primeiros dias da publicação que eram apoiados em imagens de policiais feridos e discursos de agentes, contribuindo para a legitimação da intervenção e minimização dos questionamentos sobre o uso da violência por parte do Estado.

No entanto, à medida que as informações foram apuradas e a dimensão da tragédia tornou-se mais clara, o jornal passou a adotar um tom mais crítico e investigativo, rompendo com a narrativa oficial. A cobertura se abriu para diferentes vozes, incluindo familiares das vítimas, especialistas, entidades de direitos humanos e parlamentares, além de detalhar os desdobramentos políticos e institucionais do caso. O uso do termo “massacre” nas manchetes, logo após o segundo dia, marcou um posicionamento editorial importante do jornal, contribuindo para a humanização das vítimas, incentivando para o aumento do debate público e o clamor da sociedade por respostas do Estado.

Ao dar espaço às vítimas e afetados, o Estado de S. Paulo assumiu uma função simbólica na construção da memória coletiva do episódio e estampou a brutalidade da ação policial, anteriormente mascarada como um ato corriqueiro e necessário. Desse modo, o jornal permitiu que a sociedade enxergasse a ocasião por diversos ângulos, evidenciando as condições desumanas de sobrevivência dos encarcerados e aquecendo o debate sobre a superlotação penitenciária e direitos humanos. O detalhamento dos fatos, a exposição de informações contraditórias e a publicação de relatos sensíveis contribuíram para a construção de uma memória coletiva do Massacre, consolidando-o como símbolo das falhas estruturais do sistema prisional brasileiro.

Considerando o contexto político do período eleitoral da época e o posicionamento do Estado de S. Paulo — historicamente alinhado a uma linha editorial liberal-conservadora — o jornal inseriu o massacre no debate eleitoral, reforçando a relação entre violência estatal e responsabilidade governamental, sem atuar diretamente em favor de candidatos governistas. Em contrapartida, o destaque dado às críticas e às denúncias de abusos evidenciados nas páginas do jornal, contribuiu para o desgaste da imagem da gestão estadual junto à opinião pública.

Em paralelo, ao abordarmos os reflexos da cobertura jornalística sobre o Massacre do Carandiru, que evidenciou as falhas institucionais do sistema prisional, podemos relacionar a criação da maior facção criminosa do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC), como uma resposta às opressões vividas no ambiente carcerário. Organizado como método de resistência às condições desumanas nas prisões e da violência sofrida por parte do sistema, o Massacre, que impulsionou a criação do PCC, estimulou reflexões sobre a falência das políticas de segurança baseadas exclusivamente na repressão e inaugurou um debate mais amplo sobre justiça, direitos e necessidade de reformas profundas no sistema penal brasileiro.

Em suma, a cobertura realizada pelo Estado de S. Paulo, ao romper com a narrativa oficial e ampliar o debate sobre o Massacre, foi crucial para a construção de uma memória coletiva e para a denúncia pública da violência estatal, desafiando as medidas institucionais e destacando o papel da imprensa como agente fundamental na denúncia e na transformação social.

A cobertura jornalística do Massacre do Carandiru permanece como marco para a reflexão sobre o papel do Estado como mediador das situações carcerárias que, por muito tempo, atuam com violência exacerbada diante dos encarcerados, além de acender a discussão pública sobre políticas que priorizem a dignidade humana e a justiça social.

8. REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Caco. Rota 66: a história da polícia que mata. São Paulo: Editora Globo, 1992.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

JOZINO, Josmar. Cobras e Lagartos: A vida íntima das prisões brasileiras. 2. ed. São Paulo: Editora Globo, 2017.

VARELLA, Drauzio. Estação Carandiru. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COLLING, Ana Paula. A teoria da agenda-setting e a construção da realidade social. In: Anais do 5º Encontro Nacional de História da Mídia, 2008.

FONSECA, Ana Paula Goulart Ribeiro. O Estado de S. Paulo: imprensa e hegemonia liberal. Comunicação & Sociedade, n. 43, p. 113-130, 2005.

ONODERA, Cássia. O massacre do Carandiru: a violência institucionalizada e a construção da memória social. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. Mortalidade por causas externas no Brasil: uma análise da década de 1990. Revista de Saúde Pública, v. 39, n. 1, p. 1-7, 2005.

SOBRINHO, Jorge da Silva. Violência, criminalidade e políticas públicas no Brasil dos anos 90. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 29, n. 85, p. 1-18, 2014.

TAETS SILVA, A. R. F. Narrar de dentro e narrar de fora: Memória, experiência e cotidiano a partir das narrativas do massacre do Carandiru. Cadernos do LEPAARQ (UFPEL), v. 17, n. 33, p. 7-24, 9 mai. 2020.

METRÓPOLES. “Quem são os fundadores do PCC, facção que nasceu após o massacre do Carandiru”. Metrôpoles, 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com>. Acesso em: 16 de jan de 2025.

NOVAES, Marina; MAGALHÃES, Vagner. “Massacre do Carandiru – 20 anos”. Portal Terra, 2012. Disponível em: <https://www.terra.com.br>. Acesso em: 19 dez. 2024.

O GLOBO. “PCC atua em 24 países e movimenta US\$ 1 bilhão por ano”. O Globo, 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com>. Acesso em: 22 dez. 2024.

THE NEW YORK TIMES. “111 Killed When Police Storm Brazilian Prison During Inmate Riot”. James Bettner Brooke, 4 out. 1992. Disponível em: <https://www.nytimes.com>. Acesso em: 19 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Disponível em: <https://www.gov.br/depen>. Acesso em: 22 de fev. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Administração Penitenciária. História da SAP. Disponível em: https://sap.sp.gov.br/sec_adm_penitenciaria/institucional/conheca_a_sap/historia_da_sap. Acesso em: 28 dez. 2024.

FGV DIREITO SP. Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena (NECP). Relatório sobre indenizações às famílias das vítimas do massacre do Carandiru. São Paulo: FGV, 2022.

BUDÓ, Maria de Lourdes. A construção midiática do medo: o crime como notícia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

CASTRO, Gustavo. Agenda-setting: a influência dos meios de comunicação na opinião pública. Revista Famecos, v. 21, n. 1, p. 1-12, 2014.

PEROBELLI, Fernanda; CORREIA, Rafael. “A escolha das palavras: manchetes e a construção de sentidos”. Revista Comunicação e Sociedade, v. 43, p. 45-62, 2021.

MATTOS, S., org. Comunicação plural [online]. Salvador: EDUFBA, 2007. 167 p. Saladeaula series, nº4. ISBN 978-85-232-0442-6. disponível em: SciELO Books.

BUDÓ, Marília de Nardin. Mídia e controle social: da construção da criminalidade dos movimentos sociais à reprodução da violência estrutural. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Caldeira Nunes. A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2018

ALMEIDA, Arthur. Massacre do Carandiru: o que foi a chacina em 1992 no presídio de São Paulo. Revista Galileu, 26 jul. 2023. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/sociedade/historia/noticia/2023/07/massacre-do-carandiru-o-que-foi-a-chacina-em-1992-no-presidio-de-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 29 dez. 2024.

MASSACRE do Carandiru, chega de impunidade! Disponível em: https://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_massacre_carandiru.pdf. Acesso em: 15 dez. 2024.

PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL. Estatuto da facção PCC 1533 (1997). Disponível em: https://faccapcc1533primeirocomandodacapital.org/regimentos/estatuto_faccapcc_1533_1997_primeiro_comando_da_capital/. Acesso em: 17 dez. 2024.

PCC completa 30 anos com exército de 100 mil a serviço do tráfico. Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/pcc-completa-30-anos-com-exercito-de-100-mil-a-servico-do-trafico>. Acesso em: 29 dez. 2024.

FONSECA, Francisco César Pinto da. Imprensa e opinião pública: papel e estratégias do jornal O Estado de São Paulo para a formação do consenso. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IEEnBMDM_MDA_d4463_/v4n2a02.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

TERRA. Massacre do Carandiru - após 20 anos: o presídio, fotos da chacina e mais. Terra, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/infograficos/massacre-do-carandiru/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

COLLING, Leandro. Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. Revista FAMECOS, v. 9, n. 17, p. 88–101, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2002.17.3154>. Acesso em: 29 dez. 2024.

CASTRO, D. de. Agenda-setting: hipótese ou teoria? Análise da trajetória do modelo de Agendamento ancorada nos conceitos de Imre Lakatos. Intexto, Porto Alegre, n. 31, p. 197–214, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/46390>. Acesso em: 5 fev. 2025.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 2 out. 1992. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 3 out. 1992. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 4 out. 1992. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 29 fev. 2025.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 5 out. 1992. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 6 out. 1992. Disponível em:
<https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 24 mai. 2025.